

DIURNA.

a ousadia de escrever

MAI 2020

Nº 4

EDIÇÃO
MAIO 2021

NÚMERO IV

EDIÇÃO ESPECIAL

A NOSSA HISTÓRIA

UMA VISITA AOS BASTIDORES
DO JORNAL ACADÉMICO DA CATÓLICA PORTO



5 INTERVENÇÃO DO DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA
FORMAR MÉDICOS PARA A MEDICINA DO FUTURO

INSEMINAÇÃO POST-MORTEM: SIM OU NÃO? 7
CLARA SOTTOMAYOR E RITA LOBO XAVIER

15 O PODER DAS FARMACÊUTICAS
RÚBEN PIMENTEL

PERSONALIDADES EM DESTAQUE 20
O MAGNO CHANCELER - D. MANUEL CLEMENTE

36 THE END OF LAWYERS?
JORGE BLECK

PANDEMIA E RESPEITO PELA CONSTITUIÇÃO 48
MÁRIO AROSO DE ALMEIDA

50 INICIATIVAS NA CATÓLICA - PORTO
2ª PARTE

OS PREFERIDOS 54
FRANCISCO ANCEDE

Editorial

Nesta última Edição do ano de estreia do **Diurna**, apraz-me refletir sobre o Mundo. Como se sucederam acontecimentos globais, nacionais ou locais que afetaram as nossas comunidades e que ditaram as opções editoriais desta equipa.

Em novembro, para lançar a nossa 1ª Edição, refletimos sobre as Eleições nos EUA. O momento que representava um enorme conjunto de mudanças internas e externas, com impacto mundial... nem que fosse por se devolver à grande democracia do Mundo, uma espécie de *savoir faire* menos displicente e mais civilizado. Aquela que prometia ser a batalha jurídica do século (sem os devidos eufemismos) pela Casa Branca, depois de um resultado que alguns achavam que seria bem mais renhido, desapareceu ainda mais rápido do que o seu protagonista. Corriam pelos jornais, em tom de celebração, gritos de vitória... resta saber se não foram precoces, não obstante o ar de “normalidade” que a Sala Oval voltou a ter. É que, no entanto, o Capitólio foi invadido e as redes sociais pululam mais do discurso demagógico que empoderou Trump, assentes nas *fake news*, mesmo que este tenha sido posto porta-fora também do mundo digital.

A 2ª Edição escreveu-se sob um tal pano de fundo que, entretanto, a 3ª teve que ser feita em casa: um vaga imprevisivelmente (?) maior do que as anteriores confinou-nos, de novo, por um período ainda maior do que o da primeira vez... nessa altura pensei: a História, de facto, é cíclica e, mesmo assim, perigosamente incapaz de nos ensinar tanto quanto devia... é que de 100 em 100 anos as pandemias tem sido, em maior ou menor escala, praticamente recorrentes e, além disso, as segundas vagas também são estatisticamente mais intensas do que as primeiras. A sobrançeria que mantemos face aos nossos antepassados tolda-nos as vistas e, ao fim ao cabo, achamos sempre que seremos capazes de protagonizar uma vitória nesta luta entre David, que somos todos, e Golias, que é a Natureza.

Entretanto, à data, o Mundo bate-se entre dois lados fortemente convencidos de uma certeza: na sangria a que se assiste entre Israel e a Palestina, só um dos lados está terminantemente correto. Infelizmente, não consigo tomar uma posição. A humildade dos vinte e poucos anos e a precaução exigem-me duas coisas: certamente saberei menos do que tantos que tomam posições convictas, mas o mínimo de bom senso também não me permite comprar que um conflito milenar seja, na verdade, tão fácil de ajuizar.

Posto isto, a minha firme convicção de que “ler é o melhor remédio” torna-se quase num mote de Vida. Ler com abrangência, com pluralidade, com atenção às fontes e com um interessa sagaz pela compreensão, nem que seja na forma tentada, de fenómenos que, na sua maioria, moldam quem somos, enquanto sociedade.

Se neste ano, alguma vez conseguimos que o **Diurna**, fosse uma dessas plataformas para livres pensadores, então, a missão foi, no seu *core*, cumprida.

FORMAR MÉDICOS PARA A MEDICINA DO FUTURO

PELO DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA

Desde o princípio do século XX que o ensino da medicina passou de um modelo de aprendizagem prática para um modelo académico, com os anos iniciais constituídos por estudos biomédicos seguidos de anos de treino clínico.

A evolução tecnológica e a internacionalização obrigam que, no século XXI, seja essencial preparar os futuros médicos para os desafios que irão enfrentar com o envelhecimento da população, a diversidade cultural, as doenças crónicas e as expectativas dos doentes e familiares. Sobressai a importância da aquisição de competências para além do conhecimento científico, sobretudo os cuidados centrados no doente, a interdisciplinaridade, a prática baseada na evidência, a melhoria contínua, integração da saúde pública e utilização de novas tecnologias informáticas. Os médicos do século XXI deverão ter capacidade de investigação, gestão e liderança bem como de aprendizagem ao longo de toda a sua vida.

Os médicos do século XXI deverão ter capacidade de investigação, gestão e liderança bem como de aprendizagem ao longo de toda a sua vida.

Perante os novos desafios e necessidades da nossa sociedade em evolução, o ensino moderno da medicina requer que os currículos sejam centrados em competências: clínicas e transversais, tais como comunicação, liderança e gestão, que permitem trabalho interprofissional e o espírito colaborativo. Os métodos de ensino, utilizando todo o potencial de tecnologia e

recursos globais e variados disponíveis, devem fomentar a participação ativa do estudante na sua aprendizagem, estimulando a sua curiosidade, engenho, pesquisa autónoma e reflexão.

O currículo do curso de medicina da nossa Faculdade, adaptado do reconhecido currículo da Universidade de Maastricht, segue este padrão de inovação e excelência. Os anos pré-clínicos consistem de módulos que integram todas as disciplinas necessárias, permitindo ao aluno, desde o primeiro ano, a compreender o funcionamento do corpo humano na saúde e na doença de forma funcional e não fragmentada. Nestes primeiros anos há um grande enfoque na aquisição de competências ensinadas num

D.

espaço único que é o “skillslab”. Adicionalmente há envolvimento em investigação, tanto laboratorial como clínica,

e espaço dedicado a reflexão e planeamento de formação personalizada para cada aluno.

Os anos de ensino clínico serão realizados nas unidades de saúde do Grupo Luz, que garante instalações e equipamento excecionais e um corpo clínico de elevada qualidade. Os alunos serão integrados nas equipas médicas como membros dessas equipas, participando profissionalmente em todos os aspetos do seu funcionamento.

(...) respeito pela liberdade intelectual, necessidades, dignidade, sofrimento e esperanças de cada indivíduo.

A importância da ética Cristã será focada em cada módulo do curso, assegurando o respeito pela liberdade intelectual, necessidades, dignidade, sofrimento e esperanças de cada indivíduo.

Deste modo poderemos formar os médicos para a medicina do futuro, com uma cultura inquisitiva e crítica, essencial para a investigação científica, com elevado sentido ético e de consciência cívica. Sobretudo formar médicos com capacidade de empatia com todos aqueles com quem lidam, cumprindo a vocação Cristã de cuidar do nosso Irmão.

António de Almeida

DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA - UCP





INSEMI
NAÇÃO
POST
MORTEM

AS PERSPETIVAS DE
Maria Clara Sottomayor
& Rita Lobo Xavier

D.

Sim

A Minha Opinião Assenta em Razões de Humanidade.

Por Maria Clara Sottomayor

A possibilidade de inseminação *post mortem*, nos casos em que o marido ou o companheiro da mulher faleceu na pendência do processo da PMA e consentiu em vida no projeto procriativo, tem gerado posições diversas. Entendem alguns que representa um desrespeito pela vontade do titular dos gâmetas crioconservados que, no momento da inseminação, já não está vivo para renovar o seu consentimento. Consideram outros que padece de falta de lógica uma lei que admite que uma mulher solteira seja inseminada com sêmen de um terceiro, dador anónimo, e proíbe uma mulher de concretizar o projeto procriativo que tinha delineado em conjunto com o seu marido ou companheiro, que veio a falecer.

A minha opinião assenta em razões de humanidade.

A minha opinião assenta em razões de humanidade. O desejo de ter filhos e a ânsia de prolongamento de si mesmo são sentimentos que fazem parte da condição humana. Quando estes sentimentos integram um projeto de parentalidade de um casal, a sua concretização tem ainda o valor simbólico de a procriação ser o fruto do amor do casal.

Mas será errado, de um ponto de vista ético, permitir a concretização deste projeto depois da morte do marido ou companheiro, que, nos termos da lei, vai adquirir o estatuto legal de pai? Penso que não. A ordem jurídica sempre teve um instituto – o testamento – que constitui a forma, por excelência, de expressão da autonomia da vontade. O testamento permite a qualquer pessoa dispor para depois da sua morte, não só sobre

direitos patrimoniais, mas também fazendo estipulações de natureza pessoal, por exemplo, a perfilhação. O argumento de que a personalidade jurídica cessa com a morte nunca impediu que a vontade manifestada em vida pelo *de cuius* produzisse efeitos depois da sua morte. Julgo, também, não se poder afirmar que seja contrário ao interesse da criança o estabelecimento da paternidade em relação a um progenitor já falecido. Esta realidade sempre existiu, *p. ex.* nos casos de uma morte precoce do marido, durante a gravidez. A morte faz parte da vida e o progenitor falecido continua a integrar a memória da família. É comum à nossa

Mas será errado, de um ponto de vista ético, permitir a concretização deste projeto (...) ?

D.

condição humana lidarmos com a morte daqueles que amamos, mantendo a sua presença no nosso coração e procurando a sua eternização no mundo. Contudo, afirma o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, que a mulher, que deseja concretizar um projeto de parentalidade com sêmen do seu falecido companheiro, não superou o luto e precisa de tratamento psiquiátrico. Esta tese, que vê como patológico o desejo da mulher, constitui uma forma de estigmatização das mulheres que desafiam as tradições, muito comum em sociedades conservadoras, e normalmente associada a preconceitos sem base científica.

Questiona-se, ainda, se a vontade do doador é uma vontade atual, livre e esclarecida.

Questiona-se, ainda, se a vontade do doador é uma vontade atual, livre e esclarecida. Ora, se antes de falecer, o marido ou o companheiro viveu em comunhão de vida com a mulher, consentiu por escrito na inseminação, e foi recolhido sêmen, não há razões para duvidar da sua vontade de concretizar *post mortem* o projeto de parentalidade e de

assumir o estatuto de pai da criança que vier a nascer. Quanto aos efeitos sucessórios, estes decorrem da lei, que é imperativa, não sendo necessário, para que se produzam, qualquer manifestação de vontade da pessoa falecida. Assim, o filho que vier a nascer é herdeiro legitimário do marido ou companheiro da mãe já falecido, mantendo a lei a herança indivisa durante o prazo de três anos, dentro do qual os procedimentos de PMA têm de ser iniciados, sendo esse prazo prorrogável até ao nascimento completo e com vida. Não é aqui aplicável a norma do Código Civil que afirma que o conceturo (nascituro ainda não concebido) não tem capacidade sucessória legal, mas apenas testamentária e contratual. Esta norma foi pensada num momento em que estas técnicas de PMA não estavam ainda previstas na lei, nem eram sequer possíveis de um ponto de vista científico. Em homenagem aos interesses dos filhos, a lei não permite a existência de relações de filiação sem efeitos sucessórios ou com efeitos sucessórios reduzidos. Tal representaria uma violação do princípio da unidade do estado das pessoas e do princípio da igualdade e não discriminação. Não pode haver filhos de primeira e filhos de segunda. Pelo que não existe nesta matéria qualquer incerteza jurídica. Os efeitos sucessórios da filiação decorrem dos princípios constitucionais do direito da família e de normas civis subtraídas à vontade do de *cujus*.

A inseminação post mortem não contraria, assim, qualquer regra de ética ou princípio de direito. Corresponde antes à expressão de um sentimento profundamente humano, que em nada viola a dignidade e a liberdade do dador falecido que prestou, em vida, o seu consentimento às técnicas de PMA, nos termos da lei.

Maria Clara Sottomayor

JUÍZA CONSELHEIRA DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



D.

NÃO

As Minhas Preocupações Não São Só no Plano do Direito Sucessório

Por Rita Lobo Xavier

O Presidente da República decidiu devolver ao Parlamento o decreto relativo à inseminação pós-morte, para que sejam reconsideradas questões no plano do direito sucessório cuja articulação não se encontra devidamente assegurada com as normas do Código Civil. Aflige-o ainda o impacto de uma norma transitória prevista, que permite a inseminação com sémen do marido ou do unido de facto já falecido antes da entrada em vigor da lei e no âmbito de um projeto parental anteriormente estabelecido, por não estar garantido que o correspondente consentimento, ainda que livre e esclarecido, possa incluir a vontade inequívoca de abranger efeitos sucessórios.

Compreendo muito bem as preocupações do Senhor Presidente (...)

Compreendo muito bem as preocupações do Senhor Presidente com a unidade e a coerência do sistema jurídico, mas há muito que perdi as ilusões com a sensibilidade dos deputados nesse aspeto e também já entoei um *Requiem* pelo desígnio beneficiante originário e primordial da PMA no sentido de possibilitar soluções para a infertilidade dos casais que pretendam ter filhos. A unidade do sistema está quebrada quando o mesmo contém em si contradições insanáveis e estão configurados dois sistemas distintos de estabelecimento da filiação.

Também sei que o Senhor Presidente sabe que nunca será possível fazer decorrer do consentimento prestado pelo falecido para um projeto parental a vontade de produção de efeitos relativamente a uma inseminação post mortem que, à data da prestação do mesmo, era proibida por lei e, muito menos, a vontade de produção de efeitos sucessórios. Este título designativo sucessório poderá ficar para análise jurídica laboratorial e desde já lhe vaticino um futuro radioso como protagonista de bizantinas discussões quanto à sua natureza jurídica. *Sui generis*, muito singelamente: só a pescada, na conhecida adivinha infantil, é que antes de o ser, já o era.

D.

As minhas preocupações não são só as referidas pelo Senhor Presidente que, como Professor cuidadoso e experiente, limitou-se a salientar os aspetos que podem acordar mesmo os alunos do fundo da sala, mais distraídos e mais lerdos. Essas breves notas, aparentemente circunscritas ao plano sucessório, alertam-nos para que é falacioso pressupor que está em causa a «continuação» de um projeto biparental, mesmo no caso de o falecido, na previsão da sua morte, ter consentido na respetiva execução e, inclusivamente, quando a colheita for realizada, após a entrada em vigor da lei, se e quando vier a ser aprovada,

(...) limitou-se a salientar os aspetos que podem acordar mesmo os alunos do fundo da sala (...)

com o objetivo de ser feita a inseminação post mortem. Não se pode falar da realização de um projeto comum, uma vez que um dos seus autores faleceu antes de ser iniciado o procedimento terapêutico, sendo certo que, nos termos da mesma lei, o consentimento pode ser revogado até ao início de tal procedimento. Assim, não pode, nem deve, ser valorizada a eventual vontade manifestada por quem já faleceu, embora fosse titular dos gâmetas conservados, uma vez que não é possível conhecer a sua vontade «atual», isto é, no momento da inseminação.

Trata-se, na realidade, de um projeto singular - de um projeto só da mulher - e o que se pretende é que seja considerada exclusivamente a sua vontade e tutelar a sua

autonomia, pelo que não poderão deixar de ser ponderadas as questões complexas das fases e das vivências do luto, por vezes, paradoxais, a perspetiva do real interesse na dinâmica existencial da pessoa em causa. Com efeito, no contexto do luto não só existem várias fases como também várias vivências paradoxais, que nem sempre permitem ter em consideração a perspetiva do próprio e real interesse, projetando-o em fases ulteriores da vida. Decidir ter um filho sozinha é uma decisão com repercussões enormes em toda a vida - também na família do falecido - e merece ser tomada em clareza e tranquilidade de consciência. O decreto aprovado pelo Parlamento de algum modo visa acautelar a possibilidade de a decisão da mãe surgir de um luto «patológico» - isto é, para tentar atenuar a perda ou homenagear o falecido - acabando tal decisão por o agravar ou perpetuar, impedindo-a de reconstruir uma nova fase de vida com outros projetos, ou mesmo integrando uma nova família. Assim, determina-se que realizar uma inseminação com sémen de marido ou unido de facto falecido só é lícito decorrido «prazo considerado ajustado à adequada ponderação da decisão», prazo que se estabeleceu não dever «ser inferior a seis meses, salvo razões clínicas ponderosas devidamente atestadas pelo médico que atesta o procedimento».

(...) acautelar a possibilidade de a decisão da mãe surgir de um luto «patológico» (...)

Um outro equívoco reside na justificação para a consagração de um regime idêntico para a transferência de embriões e para a inseminação post mortem. Na verdade,

D.

existe uma diferença, de todos os pontos de vista, entre gâmetas e embriões. Independentemente da forma de abordagem que cada um sustente sobre o tema do respeito que merece o embrião humano, é hoje consensualmente aceite que este não

deve ser tratado da mesma forma que uma qualquer outra célula humana. É o que resulta da subtil distinção que o Senhor Presidente realiza entre «concreturo» e «nascituro», ignorada no decreto.

(...) o interesse superior interesse da criança: da que vai nascer, mas também de outras crianças já nascidas do mesmo progenitor.

O Senhor Presidente refere, ao de leve, o interesse superior interesse da criança: da que vai nascer, mas também de outras crianças já nascidas do mesmo progenitor. Com efeito, o enquadramento ético-jurídico desta questão deve focar o interesse da criança que vai nascer, o qual deve ser valorizado acima de todos os outros interesses envolvidos. No plano do interesse da criança que vier a nascer, desconhece-se o impacto da concretização dessa decisão no seu desenvolvimento psicológico, quer quanto à vivência de nascer em luto de uma família, quer quanto à construção da sua narrativa em face a este luto e à noção de que foi concebida depois de o pai ter falecido. O enquadramento jurídico da inseminação post mortem deve ter em conta o interesse do filho mesmo antes da sua conceção (o interesse superior da “criança-que-há-de-ser”), não fazendo surgir novas situações de desigualdade entre filhos nascidos através de procriação natural e filhos nascidos de procriação medicamente assistida. As principais preocupações devem ser focadas nas crianças que irão nascer com o auxílio das técnicas de PMA, visto que são estas as primeiras afetadas e interessadas neste contexto. A pessoa concebida com o auxílio das técnicas é, indubitavelmente, a que está em situação de maior vulnerabilidade, bastando confrontar a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, para verificar a medida em que os seus direitos podem ser violados, desde logo, no plano de que as decisões que a afetem devem sempre respeitar o seu superior interesse.

O Estado português deve cumprir as suas obrigações (...)

O Estado português deve cumprir as suas obrigações relativamente a todas as crianças, incluindo aquelas que são concebidas com o auxílio das técnicas de PMA.



Rita Lobo Xavier

**PROFESSORA CATEDRÁTICA
ESCOLA DO PORTO DA FACULDADE DE DIREITO (UCP)**



AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES IMPOSTAS PELA PANDEMIA POR COVID-19

POR ELISABETE PINTO

A pandemia por COVID-19 provocou mudanças significativas na vida de todos, independentemente da faixa etária, ocupação profissional, organização familiar ou quaisquer outras características que nos possam ocorrer. Fomos desafiados a alterar a forma como vivemos, os locais que frequentamos, os contactos sociais que (não) temos, ... e tudo isto influenciou drasticamente a forma como nos alimentamos.

Se retrocedermos até março de 2020, lembraremos o nosso primeiro confinamento e todas as implicações do mesmo, nomeadamente o receio que os alimentos comesçassem a escassear nas prateleiras dos supermercados. O que efetivamente aconteceu! Isto porque este receio deu origem ao “açambarcamento” de alimentos e as cadeias de distribuição não conseguiram dar resposta a um inusitado aumento da procura. Mas, rapidamente, a situação se regularizou.

Com o confinamento, muitos de nós passamos a estar em casa todos os dias (...)

Com o confinamento, muitos de nós passamos a estar em casa todos os dias, local onde fazíamos a totalidade das refeições. A proximidade com alimentos era maior e toda a ansiedade causada pelos efeitos da pandemia e pela drástica alteração das nossas rotinas, a necessidade de ocupar tempos livres de miúdos e graúdos,

aumentou o interesse pelas experiências culinárias, nomeadamente de bolos e outros alimentos “de conforto”. Na generalidade, as pessoas passaram a comer mais e alimentos mais calóricos.

Paralelamente, a atividade física diminuiu drasticamente, porque todas as deslocações foram anuladas, as brincadeiras dos recreios das crianças deixaram de existir e os ginásios e clubes desportivos também tiveram que fechar.

D.

As consequências não tardaram em chegar: as pessoas ganharam peso, o que não é nada desejável, especialmente num país em que a obesidade é um grave problema de Saúde Pública. De recordar, ainda, que o prognóstico da COVID é pior em indivíduos obesos, comparativamente a indivíduos com peso adequado.

As consequências não tardaram em chegar.

Infelizmente, ainda não nos conseguimos livrar da pandemia, que se conheça não existe nenhum alimento que previna a infeção pelo Coronavírus, mas a prática de uma alimentação equilibrada será sempre um excelente princípio, na manutenção da função imune.

O facto de muitos de nós terem a perspectiva de continuarem em teletrabalho, um conselho importante será o de planearem as suas refeições, incluindo as merendas. Tal evitará que se ande constantemente a petiscar e, quando chegar a hora de preparar as refeições, já não cairemos na tentação de optar por alimentos pré-confecionados, que frequentemente não têm a melhor composição nutricional. E, claro, que a estratégia mais eficaz para não “assaltar” a dispensa será sempre não ter em casa alimentos que sabe serem irresistíveis.

Para finalizar, gostaria apenas de falar de alguns grupos de alimentos, que nunca devem ser esquecidos na lista de compras.

A fruta e os produtos hortícolas não devem faltar em casa! A pandemia trouxe consigo o

bom hábito de comprarmos este tipo de alimentos em locais próximos das nossas casas e que, muitas vezes, também são produzidos localmente. O que é excelente. Mas, se for útil, poderão ter sempre alguns hortícolas congelados, que são muito versáteis, já estão arranjados e cozinham muito rapidamente.

Os ovos duram bastante tempo e são muito versáteis. São também uma excelente fonte de proteína e de baixo custo. Podem integrar todas as refeições e são do agrado de quase todas as idades.

Os enlatados já foram muito criticados, nomeadamente pelo teor de sal. Hoje em dia, a sua qualidade tem vindo a ser francamente melhorada. As leguminosas enlatadas (feijão, grão-de-bico) são uma solução muito prática e se houver o cuidado de as lavar antes de comer, grande parte do sal é excluído. As conservas de pescado são também muito versáteis. Têm a vantagem de serem relativamente baratas, durarem muito tempo e não necessitarem de condições especiais de armazenamento, exigidas pelo pescado fresco ou congelado.

(...) estas não precisam de ser necessariamente negativas.

A pandemia por COVID-19 impôs mudanças na nossa alimentação, mas estas não precisam de ser necessariamente negativas.

D.

O PODER DAS FARMACEUTICAS

As Organizações inseridas no mercado farmacêutico dedicam-se à pesquisa, desenvolvimento, fabrico e distribuição de medicamentos e/ou substâncias orientadas para a cura de doenças, o que o torna um dos setores mais valiosos, quer em termos sociais, quer em termos monetários, tendo sido avaliado, em 2019, em 1250 mil milhões de dólares. Posto isto, torna-se importante a análise e compreensão do mesmo.

Quando analisado ao detalhe, é possível identificar uma estrutura oligopolista, o que deve preocupar, não só as autoridades da concorrência, mas também os consumidores. Surgem, então, questões como: “Como têm evoluído ao longo do tempo?”, “A crise pandémica vivida aumentou o poder de mercado na indústria?”, “Quais os riscos para os consumidores?” ou, até, “Deve haver intervenção estatal no setor?”.

A indústria farmacêutica pode ser caracterizada como um oligopólio dado o elevado número de vendas concentrado em poucas empresas de grande dimensão e às fortes barreiras à entrada, provocadas, principalmente, pelas patentes detidas por um determinado número de empresas.

A indústria farmacêutica pode ser caracterizada como um oligopólio (...)

Em 2017, 40% da receita total do setor pertencia às 4 maiores Organizações da altura, lideradas pela *Johnson & Johnson*. O setor apresentava, assim, um rácio de concentração relativamente elevado, sendo espectável que se mantenha nos próximos

anos. Este fenómeno de concentração tende a ser condicionado pelo território em que as Organizações se encontram, sendo as zonas mais afetadas os EUA e a Suíça. Importante ainda referir que todas as “gigantes” do setor passaram por múltiplos processos de fusões e aquisições, processos que fortalecem o oligopólio e são fundamentais para a manutenção do mesmo. Por exemplo, a *Pfizer*, em 2019, adquiriu cerca de 57% do capital social da *Mylan*, de forma a cobrir um prejuízo de 2,5 mil milhões de euros numa das suas subsidiárias, que teria uma menor eficiência no processo produtivo, do que a organização adquirida, a *Mylan*, que produzia um bem praticamente homogéneo. Assim, a *Pfizer* espera que esta fature entre 17 e 18 mil milhões de euros, cobrindo os prejuízos e potenciando novos lucros.

D.

Relativamente às barreiras à entrada, a indústria farmacêutica é um setor de atividade muito peculiar, na medida em que o incentivo para o desenvolvimento de novos produtos tende sempre a gerar poder de mercado, pois a propriedade intelectual, o maior ativo das mesmas, é registado em forma de patente, colocando entraves às restantes Organizações que tentam entrar no mercado, e, inclusive, às que já se encontram inseridas, caso a detentora da patente decida apoderar-se dela para uso pessoal, eliminando a concorrência. Estas patentes são, comumente, designadas de *killer acquisitions* e, quando partilhadas no setor para complemento de outras, são denominadas de *patent thickets*, uma vez que envolvem processos legais extremamente complicados, desincentivando a cooperação no setor. Outrossim, uma outra grande barreira à entrada são os elevados custos de investimento inicial que o setor exige, quer em termos de capital, nomeadamente através de material especializado, quer pelo elevado grau de qualificação da mão de obra necessária ao processo de investigação e desenvolvimento.

(...) a indústria farmacêutica é um setor de atividade muito peculiar (...)

Mas, como tem evoluído o poder de mercado das farmacêuticas? De acordo com os dados recolhidos pelo FMI, de 1995 a 2016, as farmacêuticas viram o seu lucro duplicar e o seu markup aumentar cerca de 40%. Estes valores não são de estranhar, quer devido à estrutura do mercado o oligopólio, quer devido às características da procura. O setor apresentava uma procura inelástica que rondava os -0,2 em 2016, algo natural devido à importância destes bens e à dificuldade de arranjar substitutos perfeitos para os mesmos. Contudo, os genéricos tendem a aproximar-se dos originais, aumentando a elasticidade do setor, o que produz mais

incentivos para as fusões e aquisições, com o intuito de precaver a concorrência gerada por estes genéricos.

Qual terá sido o efeito da pandemia no setor? Durante o último ano, nem tudo foi fácil para as farmacêuticas, uma vez que o vírus instaurou um regime de seleção natural, isto é, muitas empresas do ramo, que não eram eficientes no processo de pesquisa e desenvolvimento, viram a sua posição enfraquecida, provocando alterações no ranking das Organizações, potenciando possíveis aquisições e fusões, finalizando, assim, o processo de filtração de empresas com baixa eficiência. Todavia, as grandes Organizações quase não sofreram danos e encontraram na pandemia novas oportunidades de mercado.

Noutro âmbito, sendo a indústria farmacêutica essencial para a população, é instintivo que os diferentes governos tendam a suportar financeiramente as mesmas, através de subsídios à investigação e

(...) sendo a indústria farmacêutica essencial para a população, é instintivo que os diferentes governos tendam a suportar financeiramente as mesmas (...)

D.

desenvolvimento. Em crises como a que vivemos, estes subsídios tendem a aumentar, e, apesar de os governos investirem nesta exploração, não têm direito a utilizá-la, nem,

sequer, a distribuir a patente para outras Organizações do ramo, algo que facilitaria o processo de vacinação, tendo ainda que pagar valores elevados por cada vacina.

(...) as patentes e as suas características são o que motivam a exploração da atividade por parte das farmacêuticas (...)

Contudo, como visto anteriormente, as patentes e as suas características são o que motivam a exploração da atividade por parte das farmacêuticas, pelo que, caso estas cessem, perderão o incentivo para o desenvolvimento de novos produtos/técnicas, que aumentam o bem-estar social. Observando numa ótica moral e ética, poder-se-ia flexibilizar a utilização das patentes por parte das Organizações, agindo o Estado como impulsionador desta atitude, fornecendo incentivos através de subsídios, isenção de impostos, temporariamente, ou, até, uma taxa de utilização paga por ele.

(...) a indústria farmacêutica é de extrema relevância para o ser humano (...)

Em suma, a indústria farmacêutica é de extrema relevância para o ser humano, pois estimula a criação de novas soluções para as doenças do mesmo. Mas, dado que se trata de uma estrutura oligopolista, existe também manipulação dos preços e, por vezes, estratégias predatórias para eliminar a concorrência, facilitando as aquisições e fusões que permitem a continuidade desta estrutura.

Rúben Pimentel

ALUNO DA LICENCIATURA EM ECONOMIA





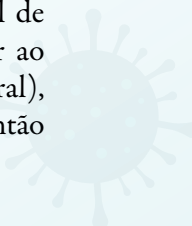
QUANDO A LEGITIMIDADE DERIVA DA COMPETÊNCIA:

A OMS NO QUADRO DE UMA VACINAÇÃO ASSIMÉTRICA

Por **TIAGO MORGADO**



Quando a vacinação figura como *leitmotiv* do quotidiano, *erigindo paulatinamente uma época pós-covid*, o tempo tende a obliterar as viscerais contradições e discordâncias na comunidade científica que foram inicialmente sintomáticas da descoordenação dos Estados no combate à situação pandémica. Socialmente, o eco destes dissensos científicos e da consequente ineficácia da ação estadual projetou-se em cadenciadas vozes de solidariedade. As expetativas febris que orbitavam os primeiros anúncios de uma vacina segura e eficaz contra a Covid-19 foram entorpecidas por uma advertência de que a vacinação seria afinal morosa e assimétrica. A mensagem da Organização Mundial de Saúde (OMS) era intuitiva: o âmbito global desta crise exige vacinação global. Exterior ao quadro institucional onusiano (embora mais tarde reiterado também na Assembleia-Geral), proeminentes publicações em matéria de relações internacionais alertaram para o então denominado “*vaccine nationalism*”.



(...) o ritmo deste processo à escala global é abissalmente díspar.

Enquanto é debatida a morosidade da vacinação no Velho Continente, o ritmo deste processo à escala global é abissalmente díspar (como, de resto, se adivinhava). O projeto COVAX, cujo baluarte se alicerça na solidariedade no acesso e distribuição de vacinas, é hoje maioritariamente apoiado pela Índia, que é simultaneamente o maior produtor de vacinas e o que apresenta a mais grave situação epidemiológica.

O âmbito global da vacinação deveria também animar os Estados mais desenvolvidos. Com efeito, a vacinação a esta

escala tem a vocação de desertificar terrenos que de outro modo são férteis para o surgimento de novas variantes, porventura resistentes às vacinas existentes. E não se poderá olvidar que os padrões de normalidade implicam uma intensa mobilidade internacional que, num cenário de globalização, se encontra coartada por tais assimetrias.

(...) melindre desta questão é sistémico (...)

O melindre desta questão é sistémico e o posicionamento das Nações Unidas neste tema precede esta crise pandémica. Revisitemos um dos aspetos que obnubilou a

D.

vaga descolonizadora no século passado. Quando em 1975 a *Time* advertiu para o conflito entre um mundo rico e outro pobre, as relações internacionais calibravam-se dicotomicamente num cenário conhecido por guerra fria. Não obstante a independência política (externa) que irrompia no plano internacional e colocava termo a um marasmo dominial de séculos, o parcimonioso desenvolvimento técnico e económico destes recém-Estados despia a retórica esgrimida na Assembleia-Geral e no

Conselho de Segurança. Uma vez patente o desarmónico desenvolvimento, estes Estados agruparam-se no movimento G-77 que pugnou pela constituição de uma Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), instituída em 1964. O êxito desta iniciativa revelou-se fugaz, mas a asserção da *Time* a este propósito foi certa: o campo de batalha deste conflito (tal como agora) é o globo.

(...) conflito entre um mundo rico e outro pobre (...)

Esta oposição tendencialmente hemisférica é, aliás, latente. Neste quadro pandémico, o periódico *The Economist* projetou que a maioria dos Estados menos desenvolvidos, nomeadamente os africanos, apenas atinja a imunidade de grupo, num cenário otimista, em finais de 2023, ao invés da previsão para os EUA ou para a União Europeia que situa temporalmente essa meta ainda no corrente ano.

O panorama do processo de vacinação exprime e gradua os vários patamares de desenvolvimento. Ritmos profundamente desiguais. A OMS é um arauto de ciência e esta deveria imunizar as relações internacionais contra ensaios estaduais de poder na gestão da pandemia (mormente, manifestações nacionalistas em matéria de vacinas e medidas infundadas de contenção dos contágios). Inversamente, atentando designadamente na morosidade da pronúncia quanto à eficácia e segurança de uma determinada vacina, a OMS parece estática e incapaz. E esta aparente paralisia danifica os princípios de cientificidade e a conduta exigíveis a uma organização especializada como esta. É imperioso reconhecer que, neste caso, a legitimidade deriva da competência.

Tiago Morgado

ALUNO DA LICENCIATURA EM DIREITO

*Personalidade
em Destaque*



**MAGNO
CHANCELER**
D. MANUEL CLEMENTE

D.

A figura institucional do Magno Chanceler da Universidade Católica é, para a grande maioria da comunidade académica, desconhecida. Tal lugar é ocupado pelo galardoador com o Prémio Pessoa, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente. Um homem profundamente inteligente, conhecedor do mundo, experimentado e próximo daqueles a quem dedicou a sua Vida, com um inegável espírito de missão. A figura cimeira da Católica, Igreja e Universidade, em Portugal, é tudo isso e muito mais. Protagonista de mais uma Personalidade em Destaque, no **Diurna.**, esta é outra daquelas conversas que peca por tudo o que não houve tempo de abordar.

A UNIVERSIDADE CATÓLICA

A nossa conversa, inevitavelmente, só poderia ter um ponto de partida: quem é o Magno Chanceler? Para lá da figura humana que assume o lugar, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, por inerência, era importante perceber quais as funções de tal órgão, cuja relevância na nossa Universidade ultrapassa a nossa imaginação.

É curioso serem mais que muitos os alunos da Católica que nem sequer tem noção da existência deste cargo e, portanto, a relevância de fazer a entrevista, se mais não fosse, poderia assentar neste ponto.

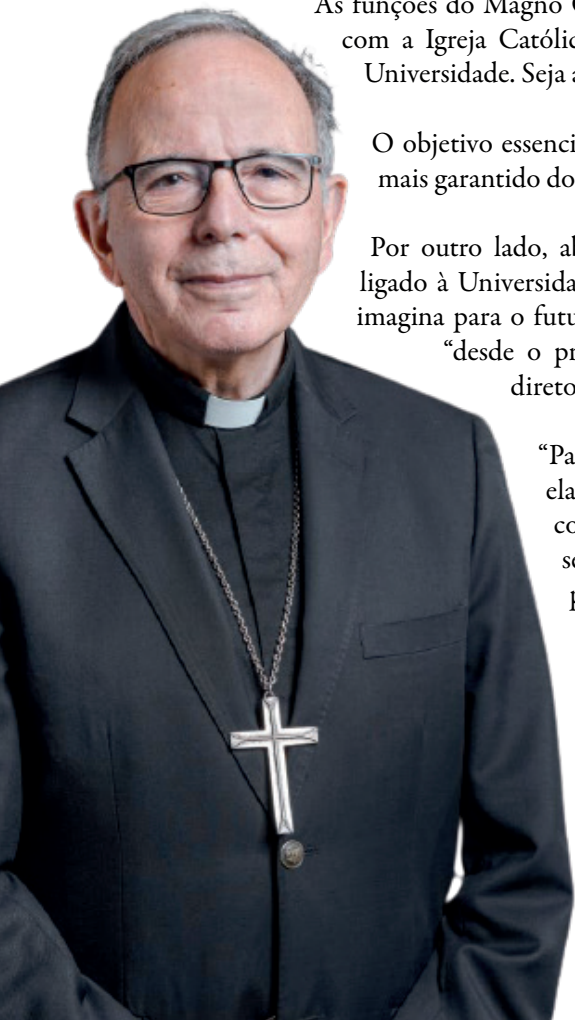
“As funções do Magno Chanceler referem-se à ligação direta que a Universidade Católica tem com a Igreja Católica. O Magno Chanceler reforça essa ligação e acompanha a vida da Universidade. Seja ao nível da Reitoria, do Conselho Superior e da Academia, em geral.”

O objetivo essencial é que essa “referência base”, essa “raiz, que a faz Católica, seja ainda mais garantido do que já é pela convicção dos seus ótimos dirigentes”.

Por outro lado, abandonando especificamente o cargo, enquanto Professor que esteve ligado à Universidade e, ao mesmo tempo, como académico, quis o **Diurna.** saber o que imagina para o futuro da nossa *alma mater*, tendo em conta que está ligado à instituição “desde o princípio dos anos 70, primeiro como aluno, depois como professor, diretor do centro de investigação e, finalmente, como Chanceler”.

“Para o futuro da Universidade Católica quero que se concretize aquilo que ela já tem conseguido: começou muito pequenina, no final dos anos 60, com a Filosofia, a Teologia e as Ciências Humanas. A pouco e pouco foi-se alargando: de Braga para Lisboa, de Lisboa para o Porto, para Viseu, e para outras cidades onde esteve. Hoje tem uma variedade de ofertas escolares, em termos de cursos, de mestrados e possibilidades de investigação, mesmo através dos centros internacionais, e que faz dela uma presença forte na comunidade portuguesa”.

Para o futuro da Universidade Católica quero que se concretize aquilo que ela já tem conseguido (...)



D.

O seu valor e a sua competência tem sido afirmado por aqueles que forma (...) o que quero para o futuro é que continue o seu presente.

Contudo, não é possível esquecer que o sangue da Universidade está, antes de mais, “nas dezenas de milhar de diplomados pela Católica tem fornecido à sociedade portuguesa, praticamente sem dispêndio do Estado, e com o apoio das famílias e de muitos outros mecenas que estão connosco”.

“O seu valor e a sua competência tem sido afirmado por aqueles que forma (...) o que quero para o futuro é que continue o seu presente.”

A propósito da Academia, da discussão plural que terá que lhe estar subjacente, é importante entender se, esta estreita ligação entre a Universidade Católica e a Igreja Católica, serve de algum modo de limite, entrave ou barreira à discussão. Ou seja, os dogmas e valores basilares do Cristianismo são premissa inultrapassável na discussão?

“A Universidade Católica é a única universidade não-estatal que está presente no Conselho de

Reitores”, servindo isso mesmo de reconhecimento, emanado pela Academia, de como tais limitações não existem. “A matriz católica da universidade é a própria matriz católica das universidades europeias, em geral. As universidades começaram no âmbito da Igreja, há cerca de mil anos.”

A ambição destas, a de ser “o universo dos saberes”, foi gerada no seio da Igreja. Enfim, “foram crescendo e autonomizando-se, como os filhos que saem de casa, mas que não deixam essa matriz, nem a devem esquecer.”

Por outro lado, “como Católica que é, a Universidade tenta reproduzir no domínio do saber aquilo que é a sua essência: o testemunho de Cristo.” E esse veio não pode nunca ser considerado despiciendo, na opinião de D. Manuel Clemente porque “se refere ao lado mais humano.”

Posto isto, está certo de que, “mesmo sem deixar de afirmar as suas convicções e os seus valores”, consegue “mostrar uma grande abertura para a presença de outras opiniões e de outras perspetivas”.

Notou aliás que a Vida e a experiência lhe deram bons exemplos disso, “quer da parte de colegas professores, quer da parte de alunos, quer da convivências com os vários centros” — como o nosso, ao qual também esteve ligado, na altura em que exerceu funções como Bispo do Porto.



D.

A IGREJA E A SOCIEDADE

A geração dos atuais estudantes da Universidade Católica, a geração que constrói a Equipa do **Diurna.**, vive um período, em geral, de grande afastamento daqueles que foram os dois principais polos de intervenção e catalisadores de mudança, ao longo de séculos: a Política e a Igreja. Qualquer um destes tornou-se, para a maioria, distante e não mais se consagra como vital. Discutir as causas é, em qualquer medida, da mais profunda importância para determinar soluções. De todo o modo, ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, perguntei-lhe sobre soluções. Como podemos reverter este sentimento?

A resposta está no sujeito 'Igreja' e no seu entendimento.

“A resposta está no sujeito ‘Igreja’ e no seu entendimento. Podemos entender o sujeito ‘Igreja’ de um modo institucional ou, por outro lado, como as pessoas que a compõem.”

Aquilo que se nota em relação à Igreja, à Política, à Política ou a “tudo aquilo que seja institucional” é “muito coincidente”, nestas últimas décadas.

“No meu tempo, e durante muito tempo, o entendimento do mundo estava muito ligado às instituições e, no caso de sermos católicos, à Igreja Católica, em particular; no caso da política, ao Estado Português, partidos e governantes e, até, nas Universidades, às autoridades académicas.” Eram aquilo a que chamou “as grandes forças de agregação”.

“Aquilo que as pessoas querem e sentem refluiu muito para a esfera individual e pessoal. Por isso, quando falamos da influência da Igreja Católica ou de qualquer outra instituição, temos que falar da influência que têm os seus componentes pessoais.”

“Se hoje me perguntarem qual a influência da Igreja Católica na vida das pessoas, eu diria que essa influência é mais difícil de medir porque já não depende do quadro institucional: já não depende do número dos quadros que compõem, das suas organizações, do número de projetos ou de praticantes. Passa para um domínio dos seus elementos: as convicções que transportam, o espírito de missão e, por isso, a tal quantificação é muito mais difícil de ser feita.”

“Esse mundo mudou!”



D.

(...) continuo a notar em todos os setores da sociedade portuguesa, a presença de católicas e de católicos (...)

“Eu julgo que, dentro desta enorme mudança cultural, continuo a notar em todos os setores da sociedade portuguesa, a presença de católicas e de católicos, o que me leva a dizer que estamos muito bem. A começar pela nossa Universidade, com as suas sucessivas Reitorias.”

A aproximação e reconquista, desta feita, é uma missão “dos pastores” mas “muito, muito dos jovens, uns em relação aos outros.” Aliás, “dou um exemplo muito concreto: a Missão País é uma iniciativa com milhares de jovens universitários, que convidam outros jovens, a passar uma semana, entre os dois semestres escolares” no desenvolvimento do espírito de comunidade, entre-ajuda e solidariedade. “Esta é uma iniciativa que se tem alargado de ano para ano e que só não cresce mais porque não há capacidade logística. Isto mostra bem como quando a proposta é paritária - mesmo quando alguns estão fora da vivência católica - é bem sucedida.”

Uma pergunta filosófica, quase uma petição de princípio, foi assim que apresentei esta dicotomia de caminhos que sempre foi premente, mas nunca tanto como nos dias de hoje: deve a Igreja modernizar-se mais rapidamente para acompanhar os tempos ou é normal que a sua cadência seja outra?

“Haverá sempre uma tensão Igreja - Mundo, se quisermos falar desta maneira.”

“Como referimos há pouco, os percursos, hoje, são essencialmente individuais. E até a palavra ‘percurso’ é uma novidade, quando a usamos para definir a Vida. Esta visão, por vezes, entra

em contradição com o que é institucional. O individual que cada um vai descobrindo entre em conflito com o todo. E isto tem que se equilibrar com uma tradição bimilenar.”

Para concluir o raciocínio numa nota particularmente inspiradora: “pode ser uma tensão criativa, para nos encontrarmos mais à frente.”

Autor do livro, *Uma Conversa entre Escombros*, escrito a quatro mãos, entre a nossa Personalidade em Destaque e o jornalista José Manuel Fernandes, resultou o mote para refletirmos sobre o que será o amanhã, resultante dos escombros sociais, económicos e políticos de que sairemos, uma vez resolvida a situação pandémica.

“Os testemunhos do que passa nos hospitais, nos lares ou nas famílias, nas paróquias, nos institutos, em todo o lado, mostram como veio ao de cima uma enorme resiliência e uma

Todos nós estamos mais certos da nossa fragilidade individual.

redescoberta da forma de manter o contacto que nos mostram o caminho sobre muito do que há a fazer e a refazer.”

“Todos nós estamos mais certos da nossa fragilidade individual. A proximidade entre todos é o melhor que sobrá disto que não devia ter vindo, mas veio...”

E politicamente há uma consciencialização de que “não se pode resolver na Europa aquilo que só se pode resolver no mundo. A globalização, hoje, desfez os compartimentos estanque que dividiam o mundo entre norte e sul, este e oeste. Também por isso, e há razões melhores, como cidadãos de todo o lado, só resolvemos os problemas em conjunto.”

Haverá sempre uma tensão Igreja - Mundo.

D.

Dessa globalização, há também que retirar um papel essencial da Igreja Católica, cujo ponto base, atualmente, pode ser a Europa, mas que não deixa de conviver com a realidade internacional de um modo com o qual, na realidade, poucas instituições se podem comparar.

Perante problemas como a escassez de vacinas ou a crise dos refugiados, de que forma pode a Igreja Católica servir de ponte, promotor de diálogos e soluções?

“Eu creio que isso está muito bem representado na figura do Papa Francisco.”

Eu creio que isso está muito bem representado na figura do Papa Francisco.

Ao mesmo tempo, “por todo o mundo, os bispos, os católicos em geral e as instituições diocesanas tem vindo a contribuir ajudar. Sobretudo, aquelas organizações que estão vocacionadas a trabalhar além fronteiras. Como a Caritas. Tudo isso é uma rede enorme que se mantém em funcionamento.”

De todo em todo, “a figura do Papa Francisco, e os seus alertas absolutamente incansáveis, fazem dele uma figura de referência, talvez única na cena mundial.”

No fundo, a Igreja está muito atenta ao seu ponto de origem, “nasceu na Ásia, na Judeia, não na Europa.” E, “no oriente mais longínquo, no Vietname, na Coreia, o cristianismo está a crescer muitíssimo.”

Desta reflexão sobre globalidade da Igreja, e dos seus pontos geográficos de referência, numa realidade cada vez mais diversa e menos focada no bispado europeu, surgiu também um pensamento sobre o próximo papado e que, de certa forma, reflete bem esta visão. O sucessor de Francisco, portanto.

“Eu admito - e se calhar até desejava - que será um pontificado ainda mais ligado a esses espaços onde a Igreja agora está a crescer, como sejam os espaços asiáticos.”

“O Papa Francisco, que veio da América do Sul, não veria com maus olhos que o próximo viesse dessas zonas das Coreias, Filipinas, Vietnã... há aqui uma outra sabedoria no ligar da vida à natureza, às gerações e às tradições que nos faria bem, a nós europeus, que somos mais distanciados destas coisas.”

Mas este não é um Papado de rutura com os anteriores, por muito que, em várias ocasiões, essa seja uma ideia que se transmite... “quem segue com atenção, conhecendo as figuras, nota a ternura entre Francisco e Bento XVI, inclusivamente. Certas situações podem ser distintas mas as grandes linhas doutrinas, as correntes, não tem rutura. Tem continuidade.”



D.

A VIDA

É impossível partir para estas conversas sem que exista uma enorme vontade conhecer o percurso de Vida, muitas vezes dita a formação do caráter e da personalidade do nosso entrevistado. Os pontos chave e de partida sem os quais, porventura, o caminho teria sido outro.

A vocação para o sacerdócio, em D. Manuel Clemente, é algo de que se lembra desde sempre.

Crescer através da crise e não apesar da crise.

“É uma vocação que só a pouco e pouco se foi definindo... nomeadamente, depois do Concílio Vaticano II, que tinha uma forma muito sugestiva de a apresentar a Igreja e também a sua relação mais humana.”

“Quando terminei a licenciatura em História, entrei no seminário (...) à geração dos anos 70 já se exige uma decisão forte porque o sacerdócio não estava tão presente assim na sociedade portuguesa.”

“Posso dizer que é uma continuidade de sentimentos, da família para a paróquia, na ação católica e no escotismo.”

É a missa da sua vida?

É a missão da sua vida?, perguntei. “Sim, nós só temos uma vida para viver e, a pouco e pouco, os sinais foram todos nesse sentido, e aqui vou, a caminho dos 73.”

Enquanto Reitor do Seminário, juntos dos mais jovens, e em si mesmo, alguma vez teve que

Em suma, isso conduz a um salto e a um amadurecimento que é indispensável àquilo que, hoje em dia, chamaríamos de ‘percurso’. “Foi também neste sentido que fui convivendo com as gerações mais novas, com quem fui fazendo caminho”, até aos dias de hoje, para - e esta frase não é nova - “nos encontramos melhor e mais à frente.”

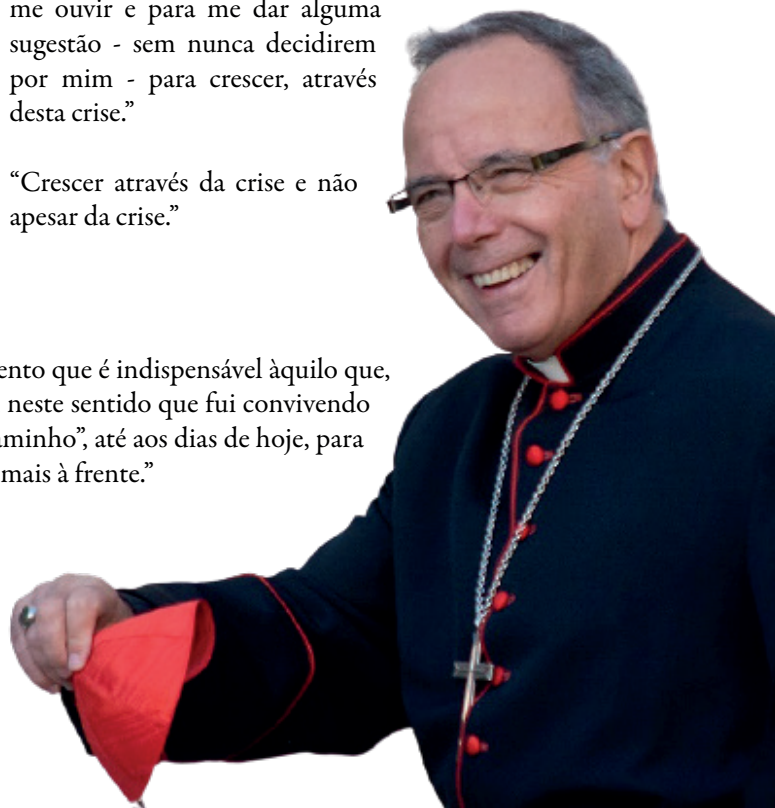
ultrapassar uma crise de fé? Como as encara e como as entende?

Pedagogo, uma das vertentes que mais me cativou ao longo de toda conversa, começou: “antes de mais o que é uma crise: é uma interrupção da normalidade dos acontecimentos, com uma interrogação que surge ou com uma perspetiva que desaparece.”

Seja de que forma for, “é um motivo de crescimento porque temos que incluir na nossa vida algo com que não contávamos, quer em termos de ação, quer em termos de pensamento.”

“No meu caso, e são situações que acontecem ao longo da Vida, próprias de cada etapa, tive sempre a sorte - e na linguagem religiosa, a graça - de ter sempre à minha volta, quer como testemunhos, quer com paciência para me ouvir e para me dar alguma sugestão - sem nunca decidirem por mim - para crescer, através desta crise.”

“Crescer através da crise e não apesar da crise.”



D.

(...) nos encontramos melhor e mais à frente.

“Há algo, contudo, que eu nunca pus em causa, e que me parece muito evidente: a pessoa de Jesus Cristo. O conhecimento que fui tendo, torna-se tão absorvente, que o sentimento vai ficando ainda mais forte.”

De uma maneira “simples e prosaica”, citando um velho amigo da catequese, “com Cristo a conversa nunca acaba.” E assim resumiria, de certa forma, a sua fé.

Há algo, contudo, que eu nunca pus em causa, e que me parece muito evidente: a pessoa de Jesus Cristo.

Há uma parte da nossa conversa, que se encaixa aqui porque a linha de tempo assim o dita, mas cujo enquadramento facilmente poderia ser junto do ponto anterior. Foi uma daquelas perguntas que surgem no momento, quando me falou do seu companheiro de há muitos anos, e que a sagacidade não cala: como se concilia a dicotomia entre aqueles que são crentes mas vivem afastados da Igreja, enquanto instituição? Que têm Fé em Deus mas sem ligação à sua Igreja, construída por Homens.

“Também com Cristo aprendemos a suportar-nos uns aos outros. Mesmo junto dos seus Apóstolos, se mostra que da parte de Jesus há uma grande resiliência - e paciência - para não largar nenhum deles, sendo que conseguiu recuperar praticamente todos. Não desistiu. E confiou-lhes a continuação da sua missão.”

Retornando ao seu percurso, visitámos os dias em que foi Bispo do Porto. Numa das suas primeiras cerimónias públicas, aceitou o desafio e

transmitiu-a *online*, pelo YouTube, num registo verdadeiramente avançado para a época e que, em face dos dias de hoje, se provou muito mais banal e exequível do que inicialmente pensávamos.

Perguntei-lhe se se considerava, também por isso - mas não só -, um visionário, um homem à frente do seu tempo.

“Não me considero nada um visionário. A minha formação é em História e, como tal, estou muito mais ligado aos factos e aos acontecimentos como são do que às grandes visões, que levantam voo depressa demais e que, às vezes, nem têm onde aterrar. Sou muito factual e, por isso, privilegio muito o contacto com cada um e a vida como ela é, como ela decorre.”

A ideia da transmissão foi do seu secretário de então, e que agora está em Lisboa, “D. Américo Aguiar”, o Bispo Auxiliar de Lisboa, “que esse sim, é muito experiente em tecnologias, tendo feio um Mestrado em Comunicação Social.”

Para o futuro, depois de tantas cerimónias e momentos religiosos - a par de outras circunstâncias do nosso quotidiano - transmitidas *online*, acredita que o “estarmos uns com os outros é o mais importante”, mas nem tudo se perderá. Porque há aqui oportunidades, “nomeadamente para os mais frágeis, que estão mais distantes, e que podem, assim, participar na vida da comunidade.”

(...) estarmos uns com os outros é o mais importante (...)

D.

(...) gosto muito de estar com as pessoas e não perco a oportunidade (...)

O exercício das funções institucionais que ocupa, por ventura, podem tê-lo afastado da atividade pastoral mais direta, contudo, garante que nunca perdeu a ligação com as pessoas, nomeadamente, através das constantes comunicações que lhe chegam e as quais não ignora. Está atento. Sempre.

E, finalmente, o amanhã, não do Mundo, não da Igreja, mas de D. Manuel Clemente. Vivida uma Vida tão rica e completa, plena de experiências, o que gostaria de fazer que ainda não fez?

“Se tiver Vida e Saúde, eu gostaria de deixar um Memorial destas décadas todas pelas quais eu passei. As pessoas e as convivências diferentes. Eu tenho correspondência recebida e arquivada desde os anos 60. Gostava de pôr isso em ordem.”

“O melhor que nós temos para transportar é, realmente, a nossa Vida.”

E a Memória...

Na minha, fica a de uma conversa que, mais uma vez, me faz sentir grato pela porta aberta que o **Diurna**. tem sido. Há momentos e experiências que nos moldam, que nos dão perspectiva e que nos fazem ver tudo em nosso redor de outro modo e com outros olhos.

Com muito menos maturidade e experiência de Vida do que aquela que gostaria de já ter acumulado, sinto-me um privilegiado por ter podido aprender tanto. Por ter mais motivos para refletir.

O Magno Chanceler. O Cardeal-Patriarca de Lisboa. O Sacerdote. D. Manuel Clemente.

Nuno Brochado de Agarez
DIURNA.



D.

REVISITAR ATENAS PARA PENSAR A DEMOCRACIA DIGITAL

a tua ousadia de escrever

Todos nós já aprendemos que a Democracia teve como berço a Grécia Antiga. E temos a ideia, mais ou menos vaga, de que a Democracia ateniense é o exemplo, clássico, de uma Democracia direta, onde os cidadãos participavam diretamente na tomada de decisões ao nível das políticas públicas. Viajemos, assim, na fita do tempo, até aos séculos VI e V a.C., concretamente, até ao século V a.C., por ter sido aí que aconteceu o apogeu da Democracia.

(...) a Democracia teve como berço a Grécia Antiga.

Naquele Período Clássico da História, o chamado “Século de Péricles”, os gregos procuravam cultivar a beleza e a virtude, desenvolvendo as artes da música, da pintura, da arquitetura, entre outras. Aliás, um dos resultados mais notáveis da campanha pública daquele general Péricles, por todos conhecido, consistiu na edificação da obra arquitetónica Partenon, como homenagem à deusa padroeira da cidade, Atena. Da conjugação entre a estabilidade territorial, conseguida após as Guerras Persas, outrora travadas, e o progresso económico-cultural (frenético) brotava a crença de que os cidadãos seriam capazes de contribuir para o bem comum da sociedade. Os dados estavam lançados. A Democracia surgia. Ora, de forma breve, este sistema de organização e governo da Polis baseava-se na premissa de que cada cidadão era titular de uma dupla condição de governante e

governado, atribuindo-se-lhe, pois, indistintamente, a veste de legislador. Deste modo, concretizava-se o propósito da Democracia direta: assegurar a participação, em condições de rigorosa igualdade, de todos. Contudo, não nos iludamos: gerava-se uma Democracia imperfeita. Apenas os homens livres, maiores de dezoito anos, filhos de pai e mãe atenienses, participavam no governo da cidade-estado, sendo que este conjunto constituía uma minoria (cerca de dez por cento) da população. Como tal, os estrangeiros que viviam na cidade de Atenas (conhecidos por “metecos”), apesar de homens livres, não eram titulares de quaisquer direitos políticos, sendo-lhes, ainda, vedadas tantas outras possibilidades no seio daquela organização político-social. Também aos escravos, prisioneiros de guerra, se interditava o acesso à participação na vida política da Polis.

D.

(...) arrisco-me a dizer que, atualmente, se redescobre uma nova época de ócio (...)

Posto isto, e avançando drasticamente na fita do tempo, arrisco-me a dizer que, atualmente, se redescobre uma nova época de ócio, condição essencial, na Antiguidade, como agora, para a emergência do pensamento, onde os indivíduos dispõem de mais tempo para a produção artística e intelectual, bem como para momentos de lazer, em virtude, desde logo, da emergência da inteligência artificial e da robótica. Aliás, um dos maiores desafios que se coloca ao Mundo, nos mais variados campos, tem que ver com o desenvolvimento, cada vez mais acelerado, destas tecnologias. Efetivamente, num ápice, a revolução digital, em curso, parece ter criado as condições tecnológicas necessárias para se ressuscitar o paradigma da Democracia direta. Aliás, o contexto de pandemia, ao exponenciar as virtualidades da intervenção digital e ao facilitar os Parlamentos remotos, veio acelerar e catalisar este fenómeno. Num momento em que a sala de reuniões da empresa se transformou numa sala virtual no Zoom, em que as aulas passaram a ser lecionadas numa sala virtual no Zoom, em que os convívios entre amigos passaram a ter como ponto de encontro (adivinhem...) a sala virtual no Zoom – poderia continuar nesta enumeração – afigurar-se-á compreensível, por exemplo, a intenção de uma participação direta dos cidadãos na vida política, seja através das redes sociais e de plataformas institucionais, como através da criação de uma espécie de plebiscito digital em que todos os cidadãos

são chamados a votar nas decisões mais relevantes, no conforto dos seus sofás, aproveitando os serões de fim de semana.

A par deste frenesim digital, tem vindo a instalar-se um fenómeno de descontentamento, se assim for possível qualificar, no seio da população portuguesa, e de tantas outras, relativamente aos sistemas de Democracia representativa, descontentamento esse que se reflete, não raras vezes, em questões como “as Democracias representativas são, efetivamente, representativas?”, “haverá um divórcio entre a representação e a eleição?”. Infelizmente, as tentativas de erosão da Democracia representativa são nitidamente visíveis na descrença e apatia apresentadas pelo elevado abstencionismo, bem como na desconfiança dos cidadãos nos seus representantes e nas instituições democráticas, abalando-se certezas, até então, indubitáveis.

(...) “haverá um divórcio entre a representação e a eleição?” (...)

Estes fatores supramencionados contribuem para a questionabilidade da hodiernidade, por exemplo, da figura dos Parlamentos como hoje os conhecemos. Enfim, somos obrigados a questionar se a Política, tal como é exercida nas Democracias ocidentais, se adaptou, convenientemente, ao fenómeno crescente de digitalização, ou se, pelo contrário, se tornou numa Ciência obsoleta.

D.

Partindo para esta reflexão cientes de que a digitalização, e conseqüente globalização, nos subtraiu das Democracias territoriais, não havendo, hoje, uma necessária correspondência entre as circunscções territoriais e as esferas de decisão (política), julgo que será útil revisitar os clássicos, de Tucídides a Aristóteles ou de Heródoto a Políbio, a fim de perceber os seus entendimentos sobre a Democracia ateniense, rectius, a Democracia direta apenas de alguns. Percebendo-os, ainda que de forma brevíssima, dificilmente cairemos na tentação de uma Democracia digital direta. Ora, transversal ao discurso de todos era a evidência clara dos riscos de derrapagem para a demagogia, para a criação de uma espécie de advento dos populismos, para a instauração do “reino das paixões”, para o “despotismo de todos” ou para a “tirania da maioria”. Evidentes ficam a dificuldade e, essencialmente, o perigo em deliberar em causa própria sem que haja o tempo, suficiente, a distância, suficiente, e a reflexão, suficiente, para a adoção de boas decisões. Decerto que é surpreendente a atualidade destas descrições.

Decerto que é surpreendente a atualidade destas descrições.

Para além do exposto, e não de somenos relevância, importa evidenciar que, hoje, talvez não sejamos, também, todos cidadãos, em condições de estrita igualdade. Seja por falta de disponibilidade (ou ócio, como nos referimos anteriormente) de alguns, seja pelas diferenças existentes, e que nunca serão erradicadas, nas condições (económico-financeiras, socioculturais, e até mesmo, intelectuais) que definem cada um dos membros da nossa sociedade, a defesa de uma participação direta partirá sempre de uma premissa ilusória. Os dados da experiência ateniense demonstram, de forma flagrante, isso mesmo.

Enfim, esta “idade de ouro” pouco reluz, tal como era, nos dias de hoje. Todos sabemos que a aparência da verdade é sempre mais apetecível do que a própria verdade, pelo que, não caímos na tentação.

Margarida Matos

ALUNA DA LICENCIATURA EM DIREITO



ARTE EM DESTAQUE



NAZARÉ

POR MARCO BRITES

BONANÇAS SERVA DA TEMPESTADE





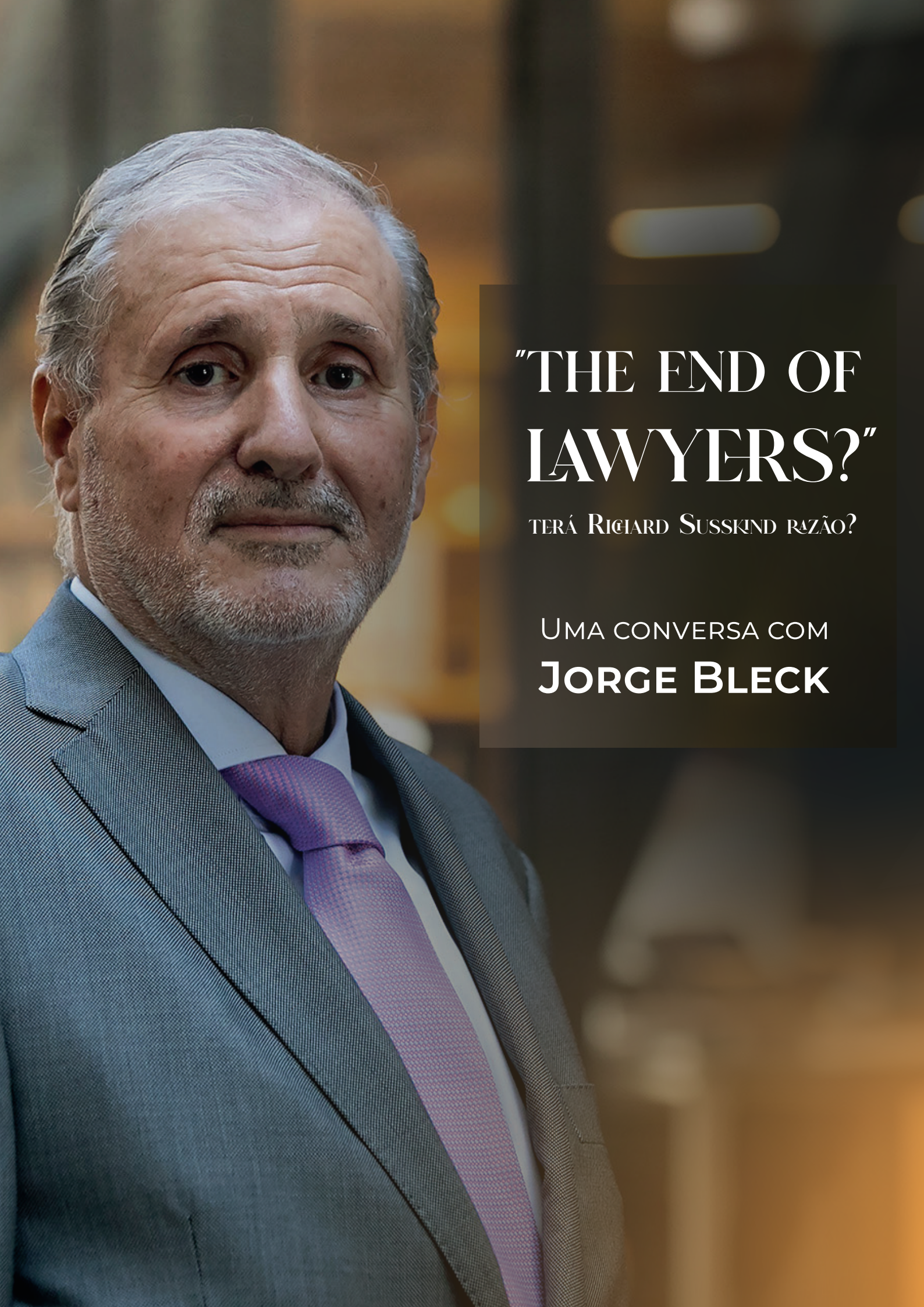
Nazaré, vila de tradições.

O povo acredita que as 7 saias características da terra dos pescadores significam as 7 ondas do mar, os 7 dias da semana, as 7 virtudes e as 7 cores do arco-íris. Uma vila tão pequena, mas com tanta história para contar.



PÁGINA PROFISSIONAL





"THE END OF LAWYERS?"

TERÁ RICHARD SUSSKIND RAZÃO?

UMA CONVERSA COM
JORGE BLECK

Para os futuros advogados, a oportunidade de vislumbrarem as sensações comportadas pela experiência de tantos anos na praça.

Para todos os outros, a ocasião de, através do **Diurna.**, imaginarem como é ser um jurista.

Uma conversa com Jorge Bleck.

Corria o mês de março, quando o nome de Jorge Bleck figurou, novamente, no quadro de oradores da Spring School 2021 da VdA Academia, no âmbito da sociedade a que está ligado desde 2013. Presença habitual nesta dinâmica, o Sócio da Vieira de Almeida e responsável pela área de M&A, conhecedor mais do que nato daquilo que foi, e é, a advocacia, decidiu olhar o amanhã, deixando pistas para o que imagina ser “o Futuro, que foi ontem, e atrás do qual já estamos a correr”.

Destas lições, surgiu a motivação para a conversa que tivemos, alguns dias mais tarde, e cujas aprendizagens são agora partilhadas com todos os leitores do **Diurna.**:

Logo à cabeça diz que para se ser bom advogado: “a principal característica que se exige é a resiliência.”

E paixão. “A profissão é muito exigente e não se faz sem paixão. Tem que se gostar muito. É uma vocação e a resiliência também faz parte desse aspeto.”

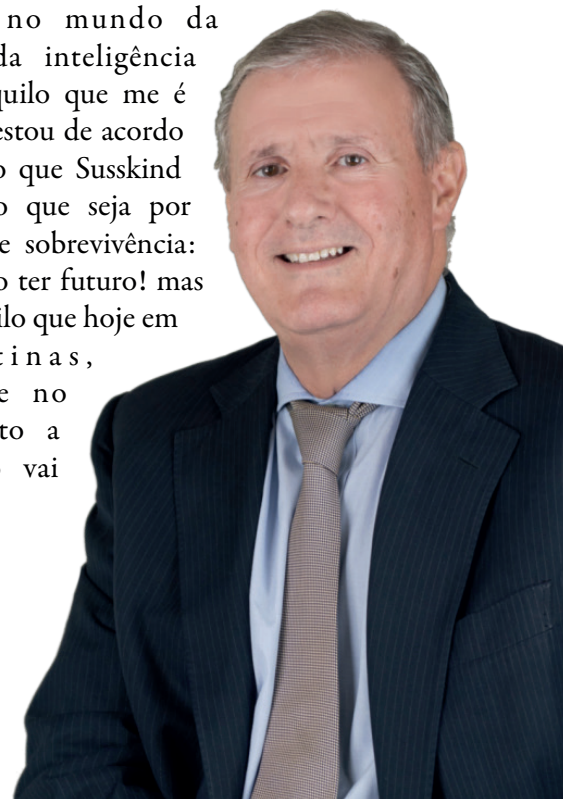
Mais concretamente, na era do digital, quanto ao impacto das tecnologias e o modo como estas se podem materializar nas grandes e pequenas firmas também tem notas a dar:

“Isso, hoje em dia, tem que se dar como adquirido. Já não é do Futuro, é do Hoje. Um advogado saber Direito, dominar línguas e dominar a tecnologia, é um dado

A profissão é muito exigente e não se faz sem paixão.

adquirido porque sem isso ele não *tem pernas* para singrar.

“Richard Susskind escreveu há alguns anos um livro sob o título ‘The End of Lawyers’, aditando-lhe, todavia e creio que a contragosto, uma interrogação. Para este autor é questionável se os advogados terão futuro no mundo da tecnologia e da inteligência artificial. Por aquilo que me é dado a ver, não estou de acordo com a conclusão que Susskind tira e não creio que seja por mero instinto de sobrevivência: os advogados vão ter futuro! mas Mas muito daquilo que hoje em dia são rotinas, nomeadamente no que diz respeito a processos, tudo vai



D.

ser automatizado. O percurso do advogado vai ter que se voltar para tudo o que na profissão requer mais neurónios e massa cinzenta.”

O percurso do advogado vai ter que se voltar para tudo o que na profissão requer mais neurónios e massa cinzenta.

Da tecnologia, em geral, à IA foi um salto. Será que vamos ser substituídos pela Inteligência Artificial, muito na onda do que já se tem vindo a tentar conseguir em várias experiências piloto nos EUA, como é o caso da LISA (Legal Intelligence Support Assistant)?

“Acredito que sim, mas só em certa medida. Análise de documentos, por exemplo. E isso já está a acontecer. Simplesmente, agora, ainda estamos muito numa fase de aprendizagem. Mas é um caminho e daqui a uns anos, o nível de perfeição será muito grande.

A construção de documentos, por outro lado, já é uma área mais cinzenta...; o *know-how* (i.e., os neurónios e a experiência) estão muito na construção da árvore de decisão ou do questionário do qual irá resultar a construção do documento final. Essa árvore ou questionário faz-se uma vez e vai-se aperfeiçoando de quando em quando.

Mas a presença e intervenção do advogados vai-se fazer sobretudo na interação com o cliente, porque as partes vão continuar a

(...) interação com o cliente (...)

existir, ver-se e a interagir. Aí é mais difícil que a tecnologia entre como substituto. Isto num campo fora dos tribunais. No campo do tribunal, as coisas ainda vão depender muito do advogado durante largos e bons tempos. Felizmente.

É interessante pensar que, por exemplo, na consulta corrente, a Inteligência Artificial pode vir a substituir o advogado, tal como pode vir a acontecer com o médico. Se eu conseguir falar como um computador, indicar os sintomas e mostrar fotografias que ele analisa, acredito que em muitas das doenças mais correntes teremos o diagnóstico e a receita do tratamento, sem intervenção direta do médico (pese embora que, sem a sua contribuição, não haverá questionário que preste e sem um bom questionário não haverá, seguramente, bom diagnóstico e, logo, cura de jeito). Não tenho muitas dúvidas disso. Com o Direito é igual. E tal como nada vai substituir a relação

(...) sou do tempo em que surgiu a conferência telefónica (...)

pessoal com o médico, também nada irá substituir a relação pessoal do cliente com o advogado.”

Há, em Jorge Bleck, uma noção muito clara de que teremos esta presença constante e assídua, porém, também se lhe denota a experiência própria de quem já viu muito e, por isso, sabe temperar as expectativas:

“Eu sou do tempo em que surgiu a conferência telefónica e dizia-se então: ‘acabou, vamos deixar de ter reuniões e de viajar’. Ora, nada disso aconteceu. Depois apareceram as video-conferências, .

D.

O isolamento do teletrabalho não acho que vá perdurar como 'o novo normal'.

Inicialmente, a muito rudimentares, já que havia um *delay* entre os gestos e a fala. Terão por certo substituído algumas reuniões e mesmo viagens, mas nada de significativo. Agora estamos na fase do teletrabalho e volta-se a dizer, agora é que é, vamos deixar de ter reuniões presenciais e sobretudo deixar de ter de viajar.” Diz-me, assim, a experiência que “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”

E é também sobre essa noção de um futuro próximo, pós-pandémico, que refletimos quanto à alteração das estruturas de trabalho e modos:

A propósito da nossa vídeo-conferência: “há dois anos, para estarmos aqui a falar, a tua tentação natural seria vires a Lisboa para conversarmos, ou eu ir ao Porto. Hoje em dia, este tipo de conversas está a entrar num nível de rotina que vai acabar por tirar muita viagem e muito CO2 da estrada. E acho que, por exemplo, a nível de reuniões de negociação de contratos muita coisa vai cair.”

De todo em todo, “eu não sou daqueles que acha que o teletrabalho vai ser o novo normal. Aquilo que eu noto é que a malta

mais jovem quer regressar ao escritório.” — nós queremos regressar à faculdade — “São os pequenos nadas em que a gente se cruza, a gente se fala, fora da vida do escritório ou da faculdade. O Homem é um ser eminentemente social. É o contacto humano. O isolamento do teletrabalho não acho que vá perdurar como ‘o novo normal’.”

E os estagiários que entraram este ano? Aqueles que iniciam agora o seu percurso e que são, eles próprios, os advogados do futuro?

“Os que entraram em setembro do ano passado estão a ter uma vida sinistra. Um estagiário ao estar em casa perde 30 ou 40 por cento da experiência devida. E porquê? O suposto é: sai de um gabinete, entra noutra. Ouve uma coisa. Ouve outra. Tem as reuniões presenciais. Em teletrabalho vai perder muita coisa, assim... são pessoas que vão necessariamente acabar o seu estágio com falta do que poderiam ganhar do contacto humano diário no escritório. E no que é que isto tudo vai dar?

Com muito humor: “ora bom, para já, não sei!”

Ora bom, para já, não sei!



D.

Mas tem alguns palpites: “À cabeça, o teletrabalho vai ser encarado sem desconfiança: já ninguém vai encarar de soslaio quando um advogado mais novo se propõe ficar um dia ou dois em casa em teletrabalho, ou saia mais cedo para ir para casa ver a família e prolongar depois os seus afazeres em teletrabalho. Isso vai ser, inquestionavelmente, uma coisa boa, pois proporcionará um melhor *work life balance*. Portanto, parte da semana, um ou dois dias no máximo, poderá passar a ser feita neste regime. Todavia, o teletrabalho tem um reverso: nos advogados mais ocupados surgirá o ónus (e a tentação) de carregar

(...) o teletrabalho vai ser encarado sem desconfiança (...)

O tempo da cidade como universo de networking já foi, há muito.

(ainda mais) um bocadinho o tempo das férias. Tal como o telefone e os smartphones, a noção (e as ferramentas) de disponibilidade aumentam.”

E o trabalho de equipa? Os contactos? O networking e as pontes entre pessoas?

“Hoje em dia, o mundo é incomparavelmente mais global do que era no tempo em que comecei a trabalhar. O meu networking era a minha cidade. Esta era o meu universo privilegiado. Alguns anos mais tarde, começaram a abrir-se as portas do estrangeiro. Nessa altura, passou a andar tudo muito em torno de Londres e das embaixadas. Ora isso, hoje, desapareceu. É o global, é a internet... a facilidade de comunicação e as disponibilidades quanto a plataformas de comunicação é brutal. Mas as exigências também ditam que este leque de networking seja agora muitíssimo mais vasto. O tempo da cidade como universo de networking já foi, há muito. Agora o mundo é o nosso espaço.”

E a propósito disto, quando se deram os primeiros passos da globalização: “houve uma altura que se acreditava que os grandes escritórios, as grandes marcas, se iriam sobrepôr à relação pessoal. É evidente que uma grande marca



D.

Na vida de advogado, conhecer pessoas e saber lidar com elas é fundamental.

dá uma enorme confiança e tranquilidade ao cliente, contudo, nessa relação, a vertente pessoal ainda conta muito.”

Na vida de advogado, conhecer pessoas e saber lidar com elas é fundamental. Os estagiários, apesar de novos e de terem uma bagagem mais humilde, não deixam, de todo em todo, de fazer parte do tabuleiro de jogo e devem estar atentos, aprendendo: “eu já tive situações em que estagiários abriram portas e oportunidades muito interessantes. Muitas vezes, e é um hábito que subsiste em Portugal, há uma certa cultura de que ‘isto de angariar e fazer networking é para os sócios’. No meu tempo, angariar um divórcio, o trespasse de uma loja porque conhecia o fulano de tal, era uma forma de network pessoal. São os amigos, os colegas de faculdade (que são concorrentes), os

Estar atento é um ‘must’. É o advogado 24 sobre 7.

professores com quem houve uma boa relação, são os pais e os amigos dos pais, etc., as nossas fontes próximas de networking. Atualmente, um jovem angariar o tipo de cliente que justifica os honorários de uma grande firma de advogados, por exemplo, até pela importância do caso, é difícil. Naturalmente, a pessoa, na defensiva e com medo do ridículo, deixa-se estar quieta. Isso é um disparate! É um disparate, mesmo! Até porque já me aconteceu ter que chegar a um cliente no estrangeiro para captar uma

operação muito importante e ter lá chegado precisamente por via do contacto proporcionado por uma estagiária cujo tio, com lugar destacado num banco de investimentos, tinha uma relação privilegiada com esse cliente.”

Mas fazer networking e recolher informação não é só isto.

Mas fazer networking e recolher informação não é só isto. É também estar atento ao que nos envolve, às vezes, nas circunstâncias mais inesperadas: “eu costumo dizer que, em Portugal, as pessoas falam demais. Parece que as pessoas precisam de mostrar (por vaidade?) que estão bem informadas. E digo isto, por um lado, para reiterar a importância do sigilo profissional, mas digo-o também como exemplo de situações em que se pode obter informação e promover ‘negócio’. Repare: até num elevador se pode obter informação, sobretudo num quadro em que o português médio fala demais. Imagine duas pessoas que estão a falar sobre um tema quando eu entro no elevador; na maior parte dos casos não vão ligar a quem entrou e continuam a conversar sobre o tal tema. Ora, naquela minúscula fração de tempo, no meio dessa conversa, eu posso apanhar uma informação fundamental que chama a minha atenção para, por exemplo, uma oportunidade de trabalho potencial. Situação semelhante pode muitas das vezes ocorrer até num jantar com amigos. Assim, o meu conselho aos advogados, mesmo os de “tenra idade”, é aprendam a ouvir e a calar a boca. Estar atento é um ‘must’. É o advogado 24 sobre 7. Não partam do princípio de que os sócios já viram ou sabem tudo. Aproveitem as vossas relações, sem as

D.



traírem, claro (ética acima de tudo), para criarem o vosso network e irem coligindo informação.”

Uma ferramenta preciosa de networking é cada um começar a construir a sua base de dados. “Eu comecei a construir a minha base de dados aos 50 anos, no Outlook. Hoje pergunto-me o que seria se eu a tivesse feito começado a construí-la desde que sai da faculdade. Medir o rasto daquilo que cada um dos meus colegas está a fazer e onde, permitir-me-ia saber hoje onde estão muitos mais. Claro que, entretanto, veio o LinkedIn, o que me ajudou bastante a suprir essa lacuna; todavia, se tivesse começado mais cedo, hoje teria acesso a uma maior base de contactos e isso ter-me-ia dado uma posição de vantagem inigualável. Deixe-me dar-lhe um exemplo da vantagem de ter uma base de dados bem organizada: aqui há uns tempos recebi um email de um sujeito cujos dados de facto aponte, juntamente com uns auxiliares de memória sobre a ocasião em que nos encontramos e porque se me destacou. Isso permitiu-me rememorar a ocasião em que nos havíamos encontrado e, assim, possibilitar-me fazê-lo sentir-se agradado com o facto de eu me ter lembrado dele e do como nos encontramos. Ora, isso é alimentar o networking e o networking começa-se de pequenino. Por tudo isto o meu conselho é: não subestimem nenhum dos vossos contactos.”

Pontos chave que o atraem num jovem advogado? Qual é a atitude, a característica,

(...) não subestimem nenhum dos vossos contactos.

D.

A experiência de mais de 40 anos a ver e a analisar jovens advogados a trabalhar diz-me que em 3 meses se nota se um advogado-estagiário tem asas ou não tem.

a forma de estar que faz Jorge pensar “eu quero trabalhar com esta pessoa”?

“Dar uma resposta em poucas palavras não é um exercício fácil, todavia diria proatividade e a perspicácia.”

E isso nota-se?

“A experiência de mais de 40 anos a ver e a analisar jovens advogados a trabalhar diz-me que em 3 meses se nota se um advogado-estagiário tem asas ou não tem. Posso inclusive dizer-lhe que dos estagiários que me passaram pelas mãos e que hoje são consagrados advogados, o seu potencial transpareceu ao fim de poucos meses.”

I'm not fishing for compliments.

E para a sua carreira de sucesso, expressão que desde logo deu pano para mangas, qual é o ingrediente chave?

“Primeiro, há aqui um pressuposto na tua pergunta que eu tenho de questionar e sem falsa modéstia: eu sou um advogado de sucesso? (note que *I'm not fishing for compliments*). Não sei se já alguma vez

ouviste falar no “Síndrome do Impostor”. Diz a psicologia que se debruça sobre o tema que é uma característica frequente nos *great achievers*. Eu devo padecer dessa característica, pois ainda hoje tenho dificuldade em me ter por um advogado de sucesso, sobretudo diante de colegas a quem reconheço enorme qualidade. É certo, todavia, que já me senti mais vítima desse síndrome do que hoje.

Vamos por partes.

Se me perguntas se sou um advogado de sucesso, eu tendo a questionar o qualificativo e digo-o desassombradamente, porque, creio, que ao admiti-lo, posso estar a ajudar muitos profissionais, que padecem desse mal, a começarem a acreditar mais em si mesmos próprios e na sua efetiva valia, percebendo que esse sentimento é generalizado na profissão e usualmente característicos dos ditos *great achievers*.

Hoje, em face daquilo que vejo, acabo por ser levado a ter de admitir que sim; talvez seja efetivamente um advogado de sucesso, passe a óbvia imodéstia que ao admiti-lo isso comporta. Faço-o, não por vaidade, mas antes por honestidade intelectual. Se olhar para trás, tenho de reconhecer que fui o número um dos fundadores de duas das mais prestigiadas sociedades de advogados a operar em Lisboa, a três, na Morais Leitão Galvão Teles, aos 30 e tal anos que ajudei a fundar; depois abri a sucursal da Linklaters

(...) generalizado na profissão e usualmente característicos dos ditos great achievers.

D.

em Lisboa, uma das maiores e mais prestigiadas sociedades de advogados do mundo, com um conjunto notável de advogados que decidiram juntar-se-me e que sem os quais nada teria sido possível, entre os quais um que é hoje um destacado número dois do governo e um dos advogados mais completos que conheci. Na Linklaters, fui managing partner por cinco anos, tendo integrado o *European Management Board Committee*, tendo depois sido eleito para o restrito *International Board* em eleição pelos meus pares do Sul da Europa. Mais tarde, quando me reformei da Linklaters (por 'limite de idade') e decidi continuar no ativo, tive o extraordinário privilégio de ser disputado por 3 das maiores sociedades de advogados a operar em Lisboa, todas com convites para posições de topo, o que necessariamente tem de ter um significado. A isto acresce que, ao longo da minha já longa vida profissional, participei como advogado na maioria das grandes operações de M&A realizadas em Portugal.

Diante de tudo isto, não seria sério afastar que, numa análise objetiva, se calhar tenho mesmo de admitir ter tido sucesso como advogado, pelo menos até aqui.

Contudo, e ainda assim, persistem réstias em mim do *síndrome do impostor*, pois já que, subjetivamente, a minha primeira vontade é dizer sempre, diante daquele qualificativo, que as pessoas não me conhecem o suficiente e, por isso, vêm sucesso onde eu vejo essencialmente muita sorte.

O que me vale hoje para tentar deixar esse síndrome para trás (e que muitos dos que se dêem ao trabalho de ler esta entrevista poderão vir a sentir), é ter chegado à conclusão de que seria de um convencimento extraordinário eu pensar que conseguia ludibriar tanta gente, durante tanto tempo sobre as minhas reais capacidades, sem que ninguém tivesse dado pelo (suposto) *impostor*. Por isso, hoje tenho por mais pacificado que deve haver aqui qualquer coisa de real quanto aos fundamentos do sucesso para além da mera sorte.

(...) persistem réstias em mim do *síndrome do impostor* (...)

Como deixei claro na Spring School da VdA, são muito típicas estas questões de défices de confiança nos advogados. Problemas de auto-estima, até; razão pela qual quem lidar mal com o sucesso ou com a auto-estima jamais se deve sentir isolado; diria mesmo: *Welcome to the Club*.



D.

Welcome to the Club.

A este propósito dizia-me há uns anos dizia-me um dos maiores advogados de M&A da City, advogado inglês, *senior partner* da Linklaters, como exemplo do quão comum o *síndrome do impostor*, e os problemas de auto-estima nos *great achievers*: ‘e que tal saberes que metade do meu tempo é passado a reforçar a confiança daqueles que tu admiras precisamente como os mais bem sucedidos dos nossos sócio’. Porquê? Porque são os tipos com mais questões de autoestima e confiança, muitas das vezes possuídos pelo *síndrome do impostor*. Cada vez que tenho pensamentos negativos a este respeito (e ainda os tenho), socorro-me sempre desta conversa. Foi muito importante para mim, assim como espero que o que aqui deixo, em laia de confissão, o possa também ser importante para ajudar todos os que lerem esta entrevista e que sigam esta exigente profissão. A saberem afastar fantasmas e a atribuírem-se o valor que merecem..."

Se a mim me coubesse reduzir num léxico pequeno o que aprendi nesta conversa:

Trabalho. Organização. Maturidade. Astúcia. Sensatez.

Resolvida a história do sucesso, vamos então à resposta sobre qual é o ingrediente chave: “saber estar”. Saber-se distinguir e sorte.

E tinha a retaguarda protegida: “a minha mulher ajudou-me brutalmente.”

“Isto além do óbvio: muito trabalho, muito trabalho, muito trabalho.”

O fundador da Linklaters em Portugal não deixou, igualmente, de reconhecer como a profissão, muitas vezes, ainda é “injusta” para com as mulheres que, mesmo assim, de um modo estóico, são capazes de conciliar uma carreira exigente com todas as incumbências que sobre elas recaem, no que à família e filhos diz respeito, num contexto que está longe de ser igualitariamente dividido.

(...) muito trabalho, muito trabalho, muito trabalho.



D.

A FÓRMULA MÁGICA DA CONSTITUIÇÃO

CATARINA SANTOS BOTELHO

Em meados de fevereiro deste ano, na aula inaugural de Direito Constitucional, o nosso convidado, Professor Richard Albert (*Diretor de Estudos Constitucionais da Universidade de Texas-Austin*), desenvolveu um fascinante tema de teoria da constituição: “A Ilusão da Constituição Escrita”.

Apesar de o constitucionalismo poder existir sem uma constituição escrita – ou melhor, sem uma constituição codificada num único documento (*v.g.*, o Reino Unido ou a União Europeia) – normalmente associamos estes dois conceitos. Quando pensamos em constitucionalismo automaticamente imaginamos um texto constitucional escrito.

O texto é tangível, é acessível a todos e oferece certeza e segurança.

Como se justifica o deslumbramento pelo texto escrito? O texto é tangível, é acessível a todos e oferece certeza e segurança. Se as normas constitucionais estão escritas, pensamos nós, certamente serão cumpridas. O texto constitucional oferece unidade jurídica e unidade política. É um lugar-comum afirmar-se que, desde finais do século XVIII, a constituição escrita foi a maior conquista das democracias liberais. Mas será mesmo assim?

O Professor Richard Albert advoga que a constituição escrita é uma mera ilusão. A assimilação entre constitucionalismo e democracia representou uma oportunidade estratégica para os líderes autoritários veicularem promessas nas suas constituições, sem qualquer intenção de as cumprir. Basta lermos a Constituição da Coreia do Norte, que consagra a dignidade da pessoa humana e inúmeros direitos fundamentais. O constitucionalismo “de fachada” explora a conotação positiva atribuída à ideia de constituição escrita, legitimando instituições ilegítimas e imediatamente associando o seu respetivo Estado à promoção de valores democráticos. Esta desconexão chocante entre a retórica constitucional e a realidade ameaça a idoneidade moral e a probidade do constitucionalismo.

Não obstante, a ilusão da constituição escrita não é exclusiva dos estados autoritários.

(...) a constituição escrita é uma mera ilusão.

D.

(...) em todos os países existe um fosso entre a constituição escrita e a constituição real.

Num grau menos severo, mas digno de nota, pode afirmar-se que em todos os países existe um fosso entre a constituição escrita e a constituição real. Nenhum Estado consegue cumprir integralmente e até à máxima extensão todos os seus compromissos constitucionais. Por exemplo, a Constituição

da Bolívia constitucionaliza o direito fundamental à alimentação. Contudo, segundo informação das Nações Unidas, 20% dos bolivianos são subnutridos. Ou o que dizer das constituições que consagram o direito fundamental ao ambiente, mas cujas políticas ambientais nada ou pouco fazem para mitigar a poluição. Em Portugal, poder-se-ia inserir um limite ao défice público, mas isso não iria, ao jeito de um toque de Midas, resolver os problemas orçamentais do Estado.

A mera constitucionalização de direitos não irá, por milagre, aumentar os indicadores de qualidade da democracia. Como lembrou o Professor Richard Albert, as dez constituições que protegem um maior número de direitos fundamentais (Equador, Brasil, México, Portugal, Cabo Verde, Angola, Venezuela, Bolívia, Sérvia e Arménia) não estão no “top 10” dos países com melhores rankings quanto à qualidade da democracia.

Perante este cenário, importa não alimentar o “culto” da constituição escrita. As promessas constitucionais não significam nada sem a concomitante ação política. As constituições sozinhas não conseguem efetivar plenamente os direitos fundamentais, especialmente aqueles que estão dependentes de prestações estaduais. Quanto maior for a dissonância entre o texto e a realidade, mais gritante será a perda de fé nas potencialidades da constituição e mais complexa a coesão social.

Como já escrevi, “para que as disposições constitucionais não sejam meras “cláusulas adormecidas” (Gargella/Courtis), “catálogos de ilusões” (García Villegas), quimeras ou ilusões sem aplicabilidade prática, é importante que o *constitutional design* (o desenho da constituição) seja exequível e realista”.

Em suma, existem limites à força salvífica das constituições escritas. Para proteger os direitos fundamentais é necessário mais do que simplesmente os positivizar no texto constitucional. É imperativo que exista vontade política, instituições robustas e respeito pelo estado de direito. De certa forma, a constituição escrita é uma ilusão, porquanto nenhuma constituição é inteiramente escrita. A constituição não é apenas o texto, mas o contexto sociológico em que é aplicada e os valores axiológicos que a regem. Em vez do advento da constituição escrita, que caracterizou os últimos dois séculos, que este século seja o advento do *constitucionalismo*!



Catarina Santos Botelho
FACULDADE DE DIREITO - UCP PORTO

D.

PANDEMIA E RESPEITO PELA CONSTITUIÇÃO

POR MÁRIO AROSO DE ALMEIDA

A meu ver, o período de pandemia em que vivemos ao longo do último ano retirou lucidez e clarividência aos responsáveis políticos, com consequências de duvidosa conformidade com a Constituição que não têm sido assinaladas com suficiente clareza.

A questão pode ser analisada em dois planos. O primeiro desses planos tem que ver com as medidas dirigidas a dar diretamente resposta à situação de pandemia. E, nesse plano, não custa reconhecer que a solução que foi adotada, do decretamento pelo Presidente da República, ao longo de mais de um ano, de sucessivos períodos de estado de emergência, não foi a mais adequada.

(...) a solução adotada (...) não foi a mais adequada.

Com efeito, o regime do estado de emergência, tal como está configurado na Constituição, visa dar resposta a situações pontuais de excepcionalidade, em que, por não haver condições que permitam o normal funcionamento das instituições e, em particular, do Parlamento, há que encarregar o Governo de adotar as medidas estritamente necessárias ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

Sucedem, porém, que, no caso da situação de pandemia que vivemos, a situação prolongou-se por mais de um ano e deu lugar ao decretamento por quinze vezes do estado de emergência. Ora, não há como não

reconhecer que isso correspondeu a uma anomalia.

Com efeito, o estado de emergência foi utilizado para suprir a inexistência de um quadro legal que, definindo com o exigível grau de previsibilidade o quadro conformador do exercício das liberdades individuais durante a pandemia, fornecesse o adequado enquadramento às medidas necessárias para dar resposta à situação.

(...) não há como não reconhecer que isso correspondeu a uma anomalia.

Ao que acresce a circunstância de os decretos presidenciais de declaração de estado de emergência terem pecado, em muitos aspetos, por ser demasiado abertos, conferindo excessiva latitude ao Governo quanto à determinação do conteúdo das medidas a adotar.

D.

(...) constituiu uma utilização abusiva do respetivo regime.

Por outro lado, o estado de emergência foi aproveitado em certos casos para a adoção de medidas dirigidas a acautelar consequências meramente indiretas da pandemia, no que, a meu ver, constituiu uma utilização abusiva do respetivo regime.

Foi o que sucedeu com o Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril, que veio extinguir o direito a compensações financeiras por prejuízos sofridos em consequência da pandemia, em situações em que, no âmbito de contratos celebrados pelo Estado com particulares, esse direito se tivesse constituído na esfera jurídica destes durante o período do estado de emergência.

(...) é evidente que esta solução não visou dar resposta, em si mesma, à pandemia (...)

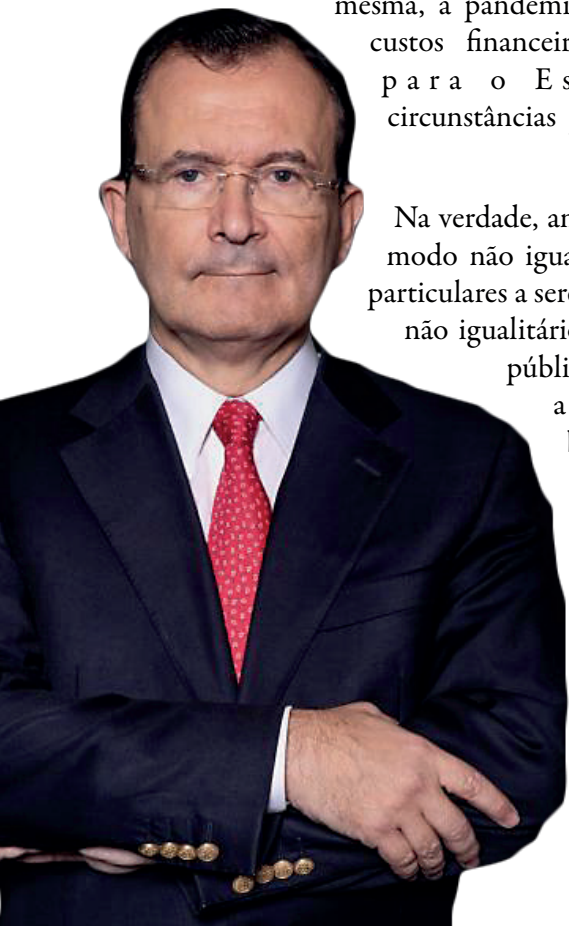
Tendo embora sido adotada no contexto do estado de emergência, é evidente que esta solução não visou dar resposta, em si mesma, à pandemia, mas eliminar custos financeiros decorrentes, para o Estado, das circunstâncias por ela geradas.

Ora, isto ultrapassa, a meu ver, os limites que o regime do estado de emergência consente.

Por outro lado, a referida solução veio por em causa de forma retroativa, em violação dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, situações jurídicas constituídas de conteúdo patrimonial, abrangidas pelo âmbito de proteção constitucional do direito de propriedade.

Ao que acresce que, não se percebendo por que razão optou o Estado por impor este sacrifício especificamente a estes particulares, este regime enferma do mesmo vício em que incorre outra solução consagrada no mesmo Decreto-Lei, que estabelece que não dão lugar a indemnização os danos resultantes de atos legitimamente praticados por autoridades públicas para efeitos da prevenção e do combate à pandemia.

Na verdade, ambas as soluções normativas — impondo a primeira sacrifícios de modo não igualitário a certos particulares, e negando a segunda o direito dos particulares a serem indemnizados por sacrifícios que lhes sejam impostos de modo não igualitário — violam o princípio da igualdade da repartição dos encargos públicos pelos cidadãos, do qual resulta que ninguém deve ser obrigado a suportar sem compensação adequada sacrifícios especiais que, em benefício da comunidade, lhe sejam impostos em condições de desigualdade em relação aos seus concidadãos.



Mário Aroso de Almeida
FACULDADE DE DIREITO - UCP PORTO

D.

INICIATIVAS

NA CATÓLICA PORTO

2ª Parte

D.



Themis Academy

A Themis Academy é um projeto desenvolvido por três alunos da Universidade Católica do Porto, dois deles da Faculdade de Direito: Luciano Resende, jurista, responsável pela gestão do projeto e Henrique Varino, finalista, responsável pelo trabalho de pesquisa e criação das fichas curriculares. Ana Campos, finalista do curso de Psicologia, responsável pela análise da qualidade didática do ensino, também compõe a tríade de promotores da Start-up.

Este projeto inovador consiste na criação de uma espécie de “Netflix do Direito”, onde os alunos que se encontrem subscritos na plataforma, terão acesso a aulas jurídicas de todos os anos da Licenciatura em Direito, facilitando em larga medida o estudo em casa, tão valorizado neste tempos que correm.

Para a gravação destas aulas, agregamos dois valores que são essenciais nós, a inclusão e a criação de novas oportunidades. Por um lado, fizemos um grande esforço analisando todos os planos curriculares das mais diversas Faculdades de Direito do país, visando a criação de uma ficha curricular comum a todos os alunos de Direito, permitindo que todo futuro jurista possa aprender com os nossos conteúdos. Por outro lado, na seleção dos nossos Professores, buscamos dar oportunidade para jovens profissionais que tivessem recém concluído o mestrado e a Ordem ou que estivessem na parte de tese do Mestrado, proporcionando uma nova experiência de ensino tão escassa no mercado para estes profissionais, dos quais muitos esperam ser Professores um dia.

A Themis Academy, apenas tornou-se possível, pois recebeu financiamento do IAPMEI através do programa Startup Voucher. A plataforma será lançada no início do ano letivo 2021/2022, mas o leitor já pode conhecer um pouco do nosso trabalho através do nosso podcast, “ThemisCast”, e seguindo-nos no Instagram @themis.academy .

Luciano Resende
Fundador Themis Academy



D.



A 2nd Home é uma associação juvenil formada por estudantes voluntários, das várias unidades académicas da Universidade, que visa melhorar a integração e experiência dos alunos de mobilidade internacional na nossa comunidade, completando as vivências destes através da organização de eventos semanais, tais como visitas aos pontos de interesse da cidade, piqueniques, pequenas viagens pelo país, entre outros.

Criada em 2017, a nossa associação tem como fim a integração de todos os estudantes internacionais da Universidade Católica Portuguesa, respeitando e promovendo a diversidade e integração de todos os alunos.

Caracterizamo-nos como uma equipa dinâmica e muito diversificada que tem como objetivo a integração de todos os alunos de mobilidade internacional na nossa comunidade, proporcionando-lhes uma experiência única e inesquecível que irão aproveitar ao máximo.

Muito recentemente estabelecemo-nos como associação com personalidade jurídica, fortalecendo uma relação cada vez mais próxima com as Unidades Académicas e respetivas Associações de Estudantes, intensificando o reconhecimento atribuído pela própria Universidade.

Dado o atual contexto pandémico, a 2nd Home tem um papel de extrema importância, pois é a grande ponte entre os alunos de Mobilidade Internacional e a comunidade em que estão inseridos, garantindo a sua integração apesar dos tempos de incerteza, nunca esquecendo o seu papel enquanto agente de saúde pública, tendo as suas atividades presenciais suspensas. Citando a Dra. Isabel Braga da Cruz, “É perante as dificuldades e desafios que crescemos” e sem dúvida que estes obstáculos, derivados da pandemia, nos tornaram mais resilientes e obrigaram a desenvolver a nossa criatividade.

Gostaria ainda de salientar que toda a ajuda e dedicação do Gabinete Internacional e da Universidade se espelha no nosso projeto, meadamente no crescimento exponencial que a 2nd Home demonstrado e que sem a dedicação, os concelhos e o voto de com o qual fomos brindados não seria possível.

Pedro Vieira Gomes
Presidente da 2nd Home



D.



A mentoria da Faculdade de Direito da UCP – Porto é um projecto de entreajuda entre alunos, que visa sobretudo promover o sucesso académico, uma melhor aprendizagem, mais consolidada, e permitir uma maior abertura e partilha de informações e conhecimentos. Neste sentido, alunos mais velhos e com notas de excelência ajudam os seus colegas a retirarem o maior sucesso das UC, assim como a aprofundarem o seu estudo e a promover debates sobre temas de relevância para a atualidade, e para a consolidação de aprendizagens.

Temos uma grande diversidade de mentores, abrangendo quase todas as UC Jurídicas Obrigatórias, e apoiamos um vasto conjunto de alunos da UCP, nas suas mais diversas áreas.



Equipa da Mentoria
Faculdade de Direito da UCP - Porto

D.

OS PREFERIDOS

FRANCISCO ANCEDE

Livro favorito? **A queda dum anjo do Camilo Castelo Branco.**

Filme favorito? **África Minha.**

Viagem de sonho? **Ao lado de Vasco da Gama, até à Índia, - desta vez – com obras de Puccini e Rachmaninoff a acompanhar.**

Memória? **O sabor das primeiras coisas. Entre todas, o primeiro vinho do Porto - sem rótulo nem data - só pó, mistério e surpresa.**

Na secretária, o que é que nunca falta? **Uma caneta uni-ball azul e alguns cartões amarelos.**

Prato preferido? **A companhia faz o momento, o prato, o vinho e tudo o resto que fica para além da refeição. Mas sozinho, que sejam carabineiros com arroz de coentros elevados a Pol Roger.**

Primeira coisa que faz ao acordar? **Ler as novidades da banca de jornais digital.**

Para começar bem o dia, o que não pode faltar? **Tempo.**

Primeira coisa que faz quando chega a casa? **Abro a caixa do correio e olho para um carro que todos os dias me recorda que o tenho de restaurar.**

Como ocupa os seus tempos livres? **Sentado à mesa com amigos ou sozinho com a tesoura de poda na mão.**

Qual o seu lema de vida? **Vamos à vida que a morte é certa.**

Se pudesse escolher outra profissão, qual seria?
Seria historiador ou jardineiro. Profissões que tratam do futuro!

ALUMNUS DA CATÓLICA PORTO, DIREITO, TEM SIDO FIGURA RECORRENTE EM VÁRIAS DINÂMICAS DA UCP, ACONSELHANDO OS ALUNOS, SEMPRE COM UM ESPÍRITO ABERTO. A CARREIRA LEVOU-A AO CARGO ATUAL: **SENIOR TAX MANAGER NA PWC.**



anje cafe



Ó Nuno, já conhece o Anje Café, logo abaixo da Católica, que sítio incrível para tomar café, almoçar, jantar (adoro a esplanada!) e até estudar/trabalhar.

Professora! Confesso-me um apaixonado pelas vistas do lugar. Pelo desaguar do Douro. E pelo lado secreto e calmo que vem de um desconhecimento generalizado deste recanto.



Sim, temos esse extra que nunca é despiendo. Mas os petiscos são igualmente muito bons (saliento o tártaro de novilho, a tosta de Brie e mel, e o chouriço assado, a que nunca resisto), para não falar do bolo de chocolate, que é incrível!



Lembro-me de provar um snack que adorei, uma espécie de mini-cachorro. Não sei bem explicar porquê... é algo simples... mas tomou-me as memórias.



Estou conquistada: já la fui em ocasiões diversas e nunca me desiludi.

Um pormenor engraçado é o café. Não conheço a marca. É pouco recorrente, pelo menos. Acho que é italiana. Seja como for... para um apreciador como eu... esperava melhor. Acho que é mesmo maior defeito lá do burgo.



Ana Pereira de Andrade
@anapereiradeandrade

Mensagem...



@nbrochadodeagarez
Nuno Brochado de Agarez



D.

VIDA NO CÂMPUS

JUNHO

02

OPEN DAY DOS MESTRADOS EM ENGENHARIA ALIMENTAR, EM ENGENHARIA BIOMÉDICA, EM MICROBIOLOGIA APLICADA E EM BIOTECNOLOGIA E INOVAÇÃO

04

REABERTURA DA NOVA SALA DO MAESTRO MANUEL IVO CRUZ

08

PROJETO WORK@HOME - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

15

OPEN DAY CPBS

16

OPEN DAY FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA



OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.

Nesta 4ª Edição, em que comemoramos o fecho de um ciclo, o nosso primeiro ano, decidimos homenagear os que fizeram parte do percurso do projeto e da Vida de cada um de nós.

À Professora Ana Andrade, que deixou o repto.
Ao Professor Agostinho Guedes, que guiou a construção.

Ao Professor Fontaine, pela aposta que fez.
E à Professora Isabel Braga da Cruz, pelo suporte institucional.

À Reitora, por partilhar da nossa visão.

Aos autores, vindos de todos os quadrantes académicos e da Sociedade Civil, tal como havíamos imaginado.

A todos estes, e aos que não mencionei: obrigado.

A Equipa do **Diurna**. dedica-vos esta Edição.

NBA

D i u r n a .



jornaldiurna.com

D.

EDITOR IN CHIEF

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

EDITOR

HEAD OF DESIGN

DANIEL MADUREIRA FONSECA

EDITORS

LÚCIA CATARINA FERREIRA

JOÃO PAULO COUTINHO